

CEDI - P. I. B.
DATA 09/03/87
COD. I8D 00001

DOSSIÊ: AMAZÔNIA - A DEVASTAÇÃO PLANEJADA AVANÇA
CNS UNI-NORTE IEA

BRASÍLIA - JANEIRO 1987


instituto de estudos amazônicos

O INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS - IEA - instituição voltada para a defesa de alternativas racionais de utilização da floresta amazônica apresenta o dossiê em anexo resultado da ação de seringueiros e índios junto aos órgãos públicos federais, em janeiro último.

A "peregrinação em Brasília" como foi chamada por eles resultou da 2ª reunião do Conselho Nacional dos Seringueiros realizada em Brasiléia, no Acre, em dezembro do ano passado. Nessa ocasião, os seringueiros decidiram desencadear um conjunto de ações visando atingir quatro objetivos:

1. POLÍTICA PARA A BORRACHA: buscando o reconhecimento da categoria como produtores de borracha nativa e reivindicando uma política específica de preços, mercado e serviços sociais básicos.
2. DEFESA DA FLORESTA: visando impedir os desmatamentos indiscriminados na região e garantindo dessa forma a própria subsistência.
3. CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS: considerando a necessidade de garantia imediata dos direitos de posse e defendendo um modelo de reforma agrária específico para a Amazônia.
4. ALIANÇA COM OS POVOS INDÍGENAS: entendendo que têm interesses comuns na defesa da mata e de um modelo de desenvolvimento para a Amazônia que respeite seus modos de vida.

PELO DIREITO À VIDA DO SERINGUEIRO E DA FLORESTA.
APOIE A ALIANÇA AMAZÔNICA DOS POVOS DA FLORESTA.
DIVULGUE ESSE MOVIMENTO.


Mary Helena Allegretti
Presidente

DOSSIÊ: Memória das audiências e documentação encaminhada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, pela União das Nações Indígenas/R. Norte, e pelo Instituto de Estudos Amazônicos, às autoridades federais e à imprensa, em Brasília, em janeiro de 1987

AMAZÔNIA: A DEVASTAÇÃO PLANEJADA AVANÇA

- DOC 1. Carta do CNS ao IPEA
- DOC 2. Cópia da carta do CNS ao BID
- DOC 3. Carta da UNI à FUNAI e ao PMACI
- DOC 4. Carta do CNS ao MIC
- DOC 5. Carta do CNS ao CNB
- DOC 6. Documento do CNS/UNI ao MIC
- DOC 7. Documento do IEA ao MIC
- DOC 8. Carta do CNS à SUDHEVEA
- DOC 9. Carta da UNI à SUDHEVEA
- DOC 10. Carta da UNI ao INCRA
- DOC 11. Carta do CNS ao INCRA
- DOC 12. Ofício do STR Xapuri ao INCRA
- DOC 13. Carta do CNS à SEMA
- DOC 14. Carta do CNS/UNI ao IBDF
- DOC 15. Carta do CNS/UNI ao MINC
- DOC 16. Carta do CNS/UNI ao Reitor da UNB
- DOC 17. Memória encaminhada pelo PMACI/IPLAN

Anexos: Recortes de jornais

Legislação recente que modifica a política da borracha

Documento do Encontro Nacional dos Seringueiros de outubro 1985.

MEMÓRIA das audiências realizadas em Brasília no período de 19 a 23 de janeiro de 1987 com a participação das seguintes instituições e seus representantes:

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS - CNS

Jaime da Silva Araújo	Presidente
Osmarino Amâncio Rodrigues	Secretário
Raimundo de Barros	Tesoureiro

UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS/REGIONAL NORTE - UNI

José Corrêia da Silva Jaminawa	Coordenador
Soeiro Sales Cerqueira Kaxinawá	Representante
Raimundo Sales Iauanawá	Representante

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE XAPURI

Francisco Mendes Filho	Presidente
------------------------	------------

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE - CPI/AC

Terri Vale de Aquino	Assessor/Antropólogo
----------------------	----------------------

CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA - CTA

Gomercindo Clóvis Garcia Rodrigues	Presidente/Eng. Agrônomo
------------------------------------	--------------------------

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS - IEA

Mary Helena Allegretti	Presidente/Antropóloga
Mauro Barbosa de Almeida	Tesoureiro/Antropólogo

COORDENADORIA DE TERRAS INDÍGENAS/SG/MIRAD

Ligia T. Lopes Simonian	Antropóloga
-------------------------	-------------

IPEA-PMACI DIA 29

Dagoberto Koehntopp (Coordenador) e José Rente do Nascimento.

Seringueiros: Participação nas decisões do PMACI com relação à proteção ao meio-ambiente na área de influência da Br 364 (Porto Velho-Rio Branco); cópia de carta enviada ao BID com a mesma solicitação; andamento das Reservas Extrativistas. (RE)

Índios : Agilização das demarcações das áreas indígenas no Acre e sul do Amazonas e indenização aos ocupantes.

Apresentaram a Aliança Amazônica dos Povos da Floresta na qual os índios apóiam a reivindicação dos seringueiros de serem criadas RE e estes solicitam que sejam demarcados os territórios indígenas. Ambos estão hoje unidos para defender a floresta amazônica uma vez que têm a mesma forma de vida na mata e seus objetivos são comuns.

Seringueiros e índios reafirmaram que as obras de asfaltamento da Br 364 estão bastante adiantadas e nenhuma medida de proteção ao meio-ambiente foi tomada nem os seringueiros foram consultados ainda sobre as RE.

IPEA explicou que não é um órgão executivo mas de planejamento e que iria encaminhar as solicitações dos seringueiros e índios para a SEPLAN, demais órgãos do GT-PMACI e assessores para assuntos indígenas do IPEA. Afirmou que as reuniões realizadas no Acre são convocadas pelo Governo do Estado e que eles não interferem. Foi realizada uma reunião em Rio Branco em 1985, da qual participaram seringueiros que ficaram de encaminhar uma proposta para as RE o que não foi feito até hoje.

Seringueiros disseram que o CNS nunca foi consultado pelo IPEA e que eles, enquanto representantes da categoria, não participaram dessa reunião de Rio Branco. Afirmaram também que haviam sido encaminhadas propostas para criação de RE através da assessora Mary Allegretti.

IPEA entregou cópia de um parecer elaborado por Enéas Salati que foi encaminhado para análise dos órgãos que compõem o PMACI. Consideraram a alternativa mais viável para as RE a que as define como proprie-

dade da União e usufruto dos seringueiros e que poderão ser apontadas soluções diferenciadas para cada Estado. Não foram tomadas iniciativas para encaminhar a proposta de PE por três razões:

- a primeira proposta encaminhada por Mary Allegretti era muito cara e extrapolava o orçamento do PMACI;
- o conflito que ocorreu em 1986 em Xapuri, em torno do desmatamento na Fazenda Bordon e a participação de Mary Allegretti nele, tornou difícil o encaminhamento da questão porquê ela foi tomada como "bode expiatório" para que o assunto não fosse encaminhado; surgiram pressões do Governo do Acre e dos órgãos de segurança;
- vieram as eleições e foi preciso esperar que o quadro político se definisse.

Reafirmou a necessidade dos seringueiros e índios se organizarem para defender seus interesses e para suas propostas serem ouvidas, especialmente a nível do Estado do Acre. Sem apoio do Estado eles não têm força para definir nada. Se o CNS quizes organizar uma reunião no Acre para discutir essas questões e convidar o PMACI eles participarão.

Tendo sido responsabilizada publicamente pelos problemas em torno do encaminhamento da proposta de PE, Mary Allegretti contestou afirmando que não aceitava essa explicação. Os seringueiros e índios, assim como seus assessores estavam desempenhando seu papel ao fazer propostas e participar do movimento. Cabia aos órgãos públicos transformar essas demandas sociais em propostas técnicas para serem discutidas posteriormente pelos interessados. Se isso não estava sendo feito a responsabilidade era do IPEA por aceitar pressões políticas indevidas.

A reunião foi encerrada sem nenhum encaminhamento concreto. Todos ficaram surpreendidos com o fato de um órgão público não desempenhar suas atribuições durante um período superior a um ano e assumir isso publicamente sem apresentar justificativas relevantes. Essa foi a conclusão que os participantes da reunião expressaram ao Coordenador do GT-PMACI.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO DIA 19

Ministro José Hugo Castelo Branco e Luciano Alvarenga de Aguiar,
Superintendente da SUDHEVEA.

Seringueiros e Índios : Exposição detalhada feita por todos os participantes a respeito das consequências do congelamento do preço da borracha e da ausência de controle sobre os preços das mercadorias nos seringais, levando seringueiros e índios a uma situação crítica de sobrevivência.

DOC 4, 5, 6 e 7 Pauta de reivindicações: acesso às informações; participação na Comissão Consultiva do Conselho Nacional da Borracha como produtores de borracha nativa; garantia de mercado; preços de sustentação; criação de um grupo de trabalho para encaminhar alternativas de longo prazo.

Ministro cumprimentou os seringueiros e índios pela competência e precisão demonstradas na exposição da questão. Afirmou conhecer a situação dos seringueiros através de um filme elaborado pela SUDHEVEA a partir de informações das equipes de saúde. Disse saber o que é a escravidão, o escambo, o problema da hanseníase no interior da Amazônia. Ficou muito sensibilizado e mostrou o filme para o Presidente Sarney.

Afirmou ser necessário esclarecer que a SUDHEVEA não foi extinta e que não se pretende extingui-la, mas sim colocá-la a serviço dos seringueiros e da emancipação do Brasil em relação à borracha. Na sua opinião a avaliação feita na SUDHEVEA revelou que os resultados são os seguintes: os seringueiros sofreram, a produção de borracha caiu e o dinheiro aplicado foi embora. Estão abrindo inquéritos para averiguar a situação dos que receberam recursos e não os aplicaram corretamente.

O Ministério não vai transigir na defesa dos seringueiros e da produção da borracha. É preciso resgatar, melhorar a vida dos seringueiros e aumentar a produção de borracha. É preciso explodir o sistema de escravidão que predomina nos seringais.

Ministro afirmou que é favorável ao descongelamento do preço da borracha, mas que isso só não é suficiente. É preciso que o preço chegue ao seringueiro e não beneficie exclusivamente o atravessador. O preço precisa aumentar porque o seringueiro tem o direito de conquistar a cidadania. E também por razões econômicas. Aumentando o preço aumenta a produção. O Brasil vai importar 77.000 toneladas de borracha este ano. E o seringal nativo é uma questão estratégica para o Brasil, porque estão localizados em áreas de fronteira.

Os participantes argumentaram que os seringueiros são os verdadeiros produtores de borracha e nunca foram reconhecidos como tal. Os seringalistas, na maior parte dos casos, não tem titulação legal sobre os seringais e não passa de um intermediário comercial. Perguntaram por que os seringueiros não fazem parte do Conselho Nacional da Borracha se são eles que produzem?

O Ministro dirigiu-se ao Superintendente da SUDHEVEA e solicitou que explicasse porque os seringueiros não fazem parte do Conselho. O Superintendente referiu-se ao Decreto nº 93.537 de 5 de novembro de 1986 (em anexo) que define os membros do Conselho e explicou que a categoria dos produtores de borracha nativa está representada na Comissão Consultiva que assessora o CNB. O Ministro solicitou então ao Superintendente que tomasse as providências necessárias para que um representante dos seringueiros passasse a fazer parte dessa comissão. Afirmou que os seringueiros teriam dois representantes nessa comissão: ele, Ministro, e o que fosse indicado pela categoria. Os seringueiros indicaram o Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Jaime da Silva Araújo. O Superintendente da SUDHEVEA ficou de convocá-lo para a próxima reunião do CNB.

O Superintendente da SUDHEVEA afirmou que na programação do órgão para este ano está prevista a melhoria no atendimento à saúde com um número maior de barcos para aumentar a eficiência do serviço e que a Marinha foi chamada a colaborar. As mini-usinas serão reorganizadas e serão implantadas novas. Para as áreas nas quais não é possível o atendimento à saúde através de barcos sugeriu-se que fossem utilizados os agentes de saúde que já fazem esse trabalho no Acre.

Com relação à garantia de mercado solicitada pelos seringueiros e índios, o Ministro afirmou que está sendo estudada a possibilidade da COBAL adquirir a borracha diretamente dos produtores. Os convênios com a COBAL visando o abastecimento nas áreas de seringais foram renovados e poderiam se transformar também em compradores da borracha.

Essa audiência durou aproximadamente duas horas, todas as propostas apresentadas foram aceitas pelo Ministro, inclusive a criação do grupo de trabalho para estudar mais detidamente todos os aspectos que foram levantados pelos participantes.

SUDHEVEA DIA 20

Luciano Alvarenga de Aguiar - Superintendente e Assessores

Seringueiros e Índios : Dar encaminhamento concreto às questões discutidas com o Ministro na audiência anterior; apresentar representantes para compor o Grupo de Trabalho; analisar a situação dos financiamentos das cooperativas indígenas; solicitar urgência na definição dos preços da borracha.

DOC 8 e 9

Os seringueiros e índios fizeram uma exposição sintética a respeito da necessidade de ser revista a política para a borracha em todos os seus aspectos, assim como os programas sociais que a SUDHEVEA vinha desenvolvendo na região amazônica. Enfatizaram a urgência de ser estabelecido um novo preço para a borracha, entre Cz\$ 25,00 e Cz\$ 30,00 o quilo.

Afirmaram que as escolas que a SUDHEVEA mantinha em vários municípios não funcionam mais e perguntaram por que o Projeto Seringueiro - um programa de rádio voltado para ensino básico - não estava mais sendo levado ao ar.

O Presidente do Conselho afirmou que falava em nome de vários seringueiros do Amazonas, especialmente de Novo Aripuanã, que haviam obtido financiamento para cultivo de borracha, mas o Banco não havia liberado a última parcela porque a EMATER não havia dado o visto, uma vez que os seringais não estavam no limpo. Afirmou que os seringueiros não haviam

conseguido limpar porquê estavam sem recursos para isso e que a EMATER não estava dando uma assistência técnica permanente. Segundo ele existem 43 projetos, de 5 a 6 ha, nessas condições no município.

Os índios fizeram referência a um financiamento que obtiveram em 86 da SUDHEVEA e que não têm condições de pagar em função do baixo preço da borracha. Existem 40 cooperativas indígenas de borracha no Acre e sul do Amazonas. Enquanto os seringais tradicionais diminuíram a produção nos últimos anos, a dos índios da região aumentou no mesmo período. Solicitaram recursos para implantar tecnologias apropriadas à transformação da borracha, como a mini-usina, com base nessas experiências localizadas de cooperativas. Sugeriram que uma primeira experiência piloto de mini-usina poderia ser feita entre os Kaxinawá do rio Jordão, Acre.

Os seringueiros afirmaram que os equipamentos da SUDHEVEA no Acre estão abandonados. Citaram como exemplo as Casas dos Seringueiros, criadas para serem centros de treinamento e que se encontram sem conservação. Em Brasília, onde foi realizado o Encontro do Conselho Nacional dos Seringueiros, em dezembro, a casa estava servindo de abrigo para máquinas, estava sem água, abandonada. Foi preciso exigir da Prefeitura que tomasse as medidas necessárias para que o encontro pudesse ser realizado.

O Superintendente da SUDHEVEA afirmou que é importante que os seringueiros façam essas comunicações ao órgão, uma vez que os recursos para educação vem sendo repassados, assim como para manutenção dos equipamentos, que devem continuar a desempenhar as funções para as quais foram criados. As Casas dos Seringueiros estão sob responsabilidade das Prefeituras e a SUDHEVEA repassa recursos para que sejam mantidas.

Solicitou que o CNS fizesse uma correspondência explicando a situação dos projetos com financiamento no Amazonas assim como a situação da assistência técnica, porquê eles irão verificar o que está acontecendo.

No final de dezembro a SUDHEVEA fez convênio com a COBAL e o programa de alimentação do governo - o PAP - para o abastecimento dos seringueiros. Agora vai ser estudada a situação da folha fumada e de sua aquisição pela COBAL.

Existe preocupação no órgão em corrigir os erros existentes na implantação de mini-usinas na Amazônia, uma vez que a folha fumada agrega

mais valor ao produto trazendo benefícios para os seringueiros. Mas o problema está na comercialização, cujo sistema estava incorreto. Primeiro, a SUDHEVEA comprava o produto diretamente das associações. Mas como é um órgão público, dependia da disponibilidade de recursos para realizar a compra e só adquiria por preços de tabela. Os seringueiros não podiam esperar o atraso dos recursos porque precisavam do dinheiro na hora da venda. A segunda alternativa foi buscar as empresas interessadas em adquirir o produto, para formar um mercado. Foram feitos convênios com três empresas: Borracha Ocidental, BONAL e AISA. Mas essas empresas negociam com "bola" e não deu certo com a folha fumada. E as usinas não querem que a folha fumada se expanda porque concorre com elas.

A última tentativa foi procurar a indústria. Enviaram uma relação de todos os produtores de folha fumada. Mas a comercialização passou a ser feita dentro da Delegacia da SUDHEVEA em Rio Branco. Foi aberto inquérito sobre isso.

Agora vão tentar a outra alternativa que é a comercialização através da COBAL. Pretendem corrigir também problemas de localização, uma vez que muitas mini-usinas não podem funcionar porque foram instaladas em lugares com pouca produção de látex.

Com relação ao financiamento feito às comunidades indígenas, marcaram uma outra reunião, durante a semana, para tratar especificamente dessa questão. Os seringueiros também ficaram interessados em obter financiamentos, mas existe o problema da situação fundiária irregular, na medida em que são posseiros e o Banco não financia nessas circunstâncias.

Foi solicitada a formalização do Grupo de Trabalho e sugerida uma data para a primeira reunião: 16 e 17 de março. O Superintendente ficou de avisar o Presidente do CNS a respeito da reunião da Comissão Consultiva. E quanto ao preço da borracha a decisão estava na dependência das modificações da política econômica do governo e a SUDHEVEA já havia encaminhado uma solicitação nesse sentido.

INCRA DIA 20 DOC 10, 11 e 12

Rubens Ilgenfritz - Presidente

Memória preparada por Ligia Simonian para subsidiar reunião com os Diretores do órgão no dia seguinte, a pedido do Presidente do INCRA.

COORDENADORIA DE TERRAS INDÍGENAS/SG/MIRAD
Informação Técnica nº 124

RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA E PRESENÇA DE POSSEI-
ROS/SERINGUEIROS EM ÁREAS INDÍGENAS DO ACRE/SUL DO AMAZO-
NAS

Memória de audiência realizada em 20/01/87, na Presidência do INCRA, em Brasília, com a presença da diretoria do Conselho Nacional de Seringueiros, de representantes indígenas da União das Nações Indígenas/Regional Norte, de seus assessoros e do Senador Aluizio Bezerra, do Acre.

I. Sobre as Reservas Extrativistas

Basicamente no decorrer da audiência os representantes dos seringueiros enfatizaram a importância da criação das reservas extrativistas, observando que vieram solicitar o apoio imediato do INCRA a nível federal. Num primeiro momento sua preocupação é com a garantia do acesso à terra e aos recursos naturais nela existentes, o que pode ser imediatamente viabilizado com a desapropriação dos seringais para fins de reforma agrária. Uma tal medida não só garantirá o acesso à terra e recursos naturais, mas também assegurará a proteção a floresta, tão ameaçada e destruída nos últimos anos ante a expansão da atividade agro-pecuária, que na região amazônica aparece mais como álibi para a concentração e especulação fundiária, do que propriamente ligada ao real desenvolvimento econômico.

Notaram ainda os representantes dos seringueiros que o INCRA necessita reconhecer o modus vivendi de sua categoria, evitando nesse sentido a implantação do que vem sendo chamado de colonização extrativista, plano de cuja elaboração não foram consultados e não expressa seus interesses e aspirações. Eles solicitaram também sua participação a nível de consultoria e de decisão, por ocasião da elaboração de projetos de regularização fundiária nas áreas dominadas por seringais e/ou castanhais.

Ficou ressaltado também, que uma das preocupações

dos seringueiros diz respeito à problemática da adaptação e incorporação de tecnologias que possam não só acelerar e facilitar o processo produtivo ligado à borracha, mas que também contribua no sentido do incremento da produção e de uma melhor remuneração para o produto. Neste ponto os seringueiros presentes lembraram a importância das mini usinas e do sistema de cultivo e reprodução das seringueiras e castanheiras desenvolvido por eles mesmo, e que tem demonstrado não só ser um sistema muito barato, mas também profundamente adaptado às condições ambientais amazônicas. Para implementar tais melhoramentos nos seringais os produtores de borracha nativa e os castanheiros necessitam de crédito, para o que a regularização fundiária é condição sine qua non no contexto do sistema financeiro mais amplo.

Garantidas as condições mínimas para a implantação das reservas extrativistas, os seringueiros afirmaram que terão condições até de triplicar a produção da borracha nativa, o que é de grande interesse para o país, que de exportador passou a importador do produto. Mas um tal aumento de produção, enfatizaram, demandará em regularização do mercado, o qual hoje se encontra controlado pelos interesses dos seringalistas, os quais pagam preços aviltantes aos seringueiros. Os seringueiros afirmaram, no entanto, que tal problemática está sendo encaminhada a nível de Ministério da Indústria e Comércio e SUDHEVEA.

Quanto à questão da propriedade da terra os seringueiros colocaram que ainda não têm uma posição definida. De fato existem duas proposições, quais sejam, uma que propõe que as terras das reservas extrativistas sejam de propriedade da União e que os seringueiros tenham apenas o direito de usufruto, via concessão, e a outra que preconiza a constituição das

reservas extrativistas enquanto propriedade condominial, com a superposição de uma área de proteção ambiental (APA). Tais propostas estão sendo objeto de discussão entre os seringueiros, sob a coordenação do Conselho Nacional de Seringueiros.

Por fim os seringueiros presentes na audiência destacaram o caráter social de criação das reservas extrativistas já que sua implantação contribuirá para sustar o êxodo rural, pois nelas os seringueiros não só terão a tranquilidade necessária para a efetivação da produção, mas também o apoio governamental a nível de saúde, educação, comercialização da produção, abastecimento a preços compatíveis, assistência técnica e creditícia. Enfatizaram também que os inúmeros seringais desativados deverão ser reocupados pelos seringueiros que estão voltando da Bolívia, para onde migraram para dar continuidade à sua atividade básica e de onde estão sendo novamente expulsos, e pelos seringueiros que se obrigaram a migrar para as periferias das cidades amazônicas e que continuam pretendendo retomar o trabalho nos seringais, desde que tenham condições mínimas.

II. Sobre a presença de seringueiros/posseiros em Áreas Indígenas do Acre/Sul do Amazonas

O Coordenador e demais representantes da UNI/Norte levantaram a questão da presença de inúmeros seringueiros/posseiros em áreas indígenas já demarcadas ou em processo de demarcação na região, os quais necessitam ser urgentemente reassentados e indenizados em condições justas e humanas. Demonstraram uma grande preocupação com a situação pois são conhecedores da existência de recursos para a realização de tais trabalhos (alocados no PMACI), e nada de concreto foi realizado.

Os indígenas ainda lembraram que os trabalhos de reassentamento em questão são fundamentais para que tenham acesso finalmente às suas terras e aos recursos nelas existentes, e especialmente os seringais.

Ao final de sua intervenção os indígenas também destacaram que sua presença junto ao INCRA também estava ligada ao apoio que a UNI vem dando à proposta dos seringueiros em torno da criação das reservas extrativistas. Disseram ainda que sua preocupação não só se prende à repercussão social de uma tal medida, mas também à própria proteção ambiental, caso contrário as áreas indígenas da Amazônia poderão em breve se transformar em verdadeiras ilhas, a considerar o atual estágio do processo de destruição do meio ambiente.

III. Posicionamento da Presidência do INCRA


O Presidente do INCRA ponderou que a proposta de criação de reservas extrativistas necessita de um respaldo político mais amplo, fundado principalmente a nível de poder regional. A nível de Presidência falou que há uma grande sensibilidade para com a proposta, a qual considera justa e necessária.

O Presidente do INCRA também destacou como fundamental a necessidade de se demonstrar a viabilidade econômica da produção da borracha nativa no contexto das reservas extrativistas a serem implantadas. Tais reservas devem, de fato, se constituir em modelo de desenvolvimento econômico para a Amazônia.

Em termos de compromisso para com os seringueiros e os indígenas o Presidente disse que poderia assumir a constituição imediata de um Grupo de Trabalho a nível de INCRA, com

vistas à criação de um espaço interno para discussão e encaminhamento de propostas concretas relativas à implantação das reservas extrativistas.

Brasília, 20 de Janeiro de 1987



LIGIA T. LOPES SIMONIAN

Antropóloga

SEMA DIA 21

Edgar Henrique Klever - Secretário Adjunto de Ecossistemas, Maria Celeste Guimarães Nogueira - Coordenadora de Estudos de Ecossistemas e a representante da SEMA no PMACI

Seringueiros: Falaram em nome da aliança entre índios e seringueiros, em defesa da Amazônia; solicitaram explicações a respeito do encaminhamento dado pela SEMA para as Reservas Extrativistas junto ao PMACI.

O Presidente do CNS lembrou que a primeira vez que a idéia de criar Reservas Extrativistas na Amazônia foi exposta publicamente foi durante a reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU em São Paulo, após o Encontro Nacional dos Seringueiros. Estava presente nessa reunião o ex-Secretário Especial de Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, que na ocasião se comprometeu com os seringueiros que ele criaria uma Reserva Extrativista no Amazonas. Agora, mesmo tendo mudado o Secretário, eles estavam lá para cobrar a promessa.

O representante do Secretário propôs um encaminhamento prático para a questão através de algumas medidas. Em primeiro lugar, considera importante a participação do CNS no CONAMA, onde vários organismos de defesa do meio-ambiente tem assento e é a instância decisória nessa questão, no país, com acesso direto ao Presidente da República. Sugeriu o envio de uma correspondência ao Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz solicitando a participação.

A outra medida seria encaminhar a proposta de criação de Reservas Extrativistas aos Conselheiros do CONAMA para este órgão fazer uma resolução nesse sentido que seria encaminhada diretamente ao Presidente da República. Por último, seria a proposta de que as Reservas Extrativistas se constituam em uma unidade de conservação de tipo específico para ser introduzida na legislação existente através de decreto-lei.

Na opinião da SEMA as Reservas Extrativistas podem se transformar em uma unidade de conservação a ser administrada pela SEMA, em função de ser o órgão responsável pela política de meio ambiente no Brasil. Considera a proposta destas áreas serem de domínio da União a mais adequa-

da para evitar que no futuro venham a perder o objetivo conservacionista.

Sem a existência legal dessa forma de manejo da floresta a SEMA não pode fazer nada. A possibilidade de criar Áreas de Proteção Ambiental não resolve o problema da propriedade e por isso não é uma solução.

Tendo sido feito o encaminhamento junto ao CONAMA a SEMA poderá expressar um parecer favorável sobre o assunto.

IBDF DIA 22

Jaime Santiago - Presidente e Assessores.

Seringueiros e: Solicitaram medidas concretas de proteção da floresta
Índios como a criação de Reservas Extrativistas; criticaram
DOC 14 o Delegado do IBDF no Acre pela sua incompetência; mul-
tas vêm sendo aplicadas aos pequenos agricultores e não
às grandes fazendas que desmatam; cópia do laudo feito
pelo IBDF na Fazenda Bordon em 1986.

O Presidente do IBDF falou que a Reserva Extrativista é uma proposta do Banco Mundial e que não sabia se a idéia era boa ou não, mas não aceitava idéias alienígenas, porque não eram do interesse do país. Afirmou que não agia em bases emocionais e por isso havia criado um Conselho para decidir em conjunto sobre a política florestal, inclusive sobre os incentivos fiscais. Desse Conselho fazem parte associações de conservação da natureza.

Os seringueiros fizeram a ressalva de que a idéia de criar Reservas Extrativistas era uma idéia deles, que vinha sendo discutida há muitos anos e que fora publicamente apresentada durante o Encontro Nacional em outubro de 1985. E que eles mesmos haviam apresentado a proposta naquela mesma sala ao anterior presidente do órgão.

O Presidente do IBDF corrigiu o que afirmara dizendo que as idéias relativas às Reservas Extrativistas haviam chegado a ele através do Banco Mundial.

Afirmou que em muitos Estados os Delegados são indicados por correntes políticas e que ele só pode tomar uma medida mais drástica de demissão se for comprovada corrupção. É preciso apresentar provas por escrito.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri apresentou documentos que provam que o IBDF está multando pequenos agricultores que fazem roçados de subsistência, mas que não toma medidas concretas contra os grandes desmatamentos. Posseiros do município foram ao Sindicato falar que estão fazendo picadas para desmatamento nesse período, que é inverno na Amazônia, época inadequada para preparar áreas para qualquer atividade econômica.

O Presidente do IBDF afirmou que o órgão vai criar um comando para acompanhar, por satélite, anomalias nos desmatamentos. E que serão contratados 1286 agentes de defesa florestal, concursados. Enquanto isso não ocorre fizeram convênios com a Polícia Militar para fiscalizar as áreas. Solicitou que as denúncias sejam feitas diretamente a ele, por telefone, quando ocorrerem irregularidades.

O representante dos índios Kaxinawá afirmou que para quem morava perto da cidade isso era muito fácil; mas como fazer nas áreas distantes onde eles moram?

O representante do Centro dos Trabalhadores da Amazônia, engenheiro agrônomo que acompanhou o conflito que ocorreu ano passado com a Fazenda Bordon e realizou, juntamente com outro profissional na área, uma vistoria técnica na área, solicitou vistas ao laudo elaborado, na ocasião, pelo IBDF. O IBDF colocou à disposição o laudo, para ser conhecido por todos, no dia seguinte, uma vez que esse tipo de documento não pode ser enviado a nenhuma instituição.

MIRAD DIA 22

Guilherme Muller - Secretário Geral.

Seringueiros e: Apresentaram os objetivos da aliança entre índios e
Índios seringueiros; a necessidade de uma reforma agrária específica para a Amazônia; a proposta de Reservas Extrativistas como o modelo mais adequado para os seringueiros e como proteção às áreas indígenas.

Os representantes dos seringueiros explicaram que estão discutindo as duas propostas existentes para a criação de Reservas Extrativistas (propriedade da União e usufruto dos seringueiros e propriedade condominial dos seringueiros), mas solicitavam, enquanto isso, garantia de posse, especialmente nas áreas onde existem conflitos.

O Secretário Geral falou que o Ministro será receptivo a essas idéias porque é conservacionista. Garantiu que a reforma agrária na Amazônia não vai seguir o mesmo modelo da colonização do passado e que tem que ser feita de acordo com os interesses dos beneficiários. O órgão dá apoio integral para as Reservas Extrativistas.

Afirmou que não acha mais adequada a desapropriação nas áreas de seringais porque em muitos casos os títulos são nulos. É preciso retomar as discriminatórias e fazê-las rapidamente. Arrecadar os seringais e não desapropriá-los.

Comunicou que foi criado o Grupo de Trabalho MIRAD-INCRA para estudar a questão extrativistas e que solicitaria a participação de Ligia Simonian pelo MIRAD. Os seringueiros confirmaram a indicação dizendo que seria importante para o CNS contar com a presença dela.

Terri Vale de Aquino ressaltou que depois de muitos anos de trabalho é possível hoje olhar o mapa do Acre e do Amazonas e identificar ali as áreas indígenas; mas que isso ainda não existe com relação aos seringueiros. O Grupo de Trabalho deve identificar as áreas dos seringueiros e fazer como os antropólogos e os índios fizeram: ir na mata e ver onde estão os limites dos seringais. Não deve fazer um trabalho de gabinete.

Os seringueiros afirmaram que não é justo indenizar os paulistas que compraram os seringais porque eles não fizeram benfeitorias nas áreas e só desmataram. Afirmaram também que continuam sendo implantados projetos de colonização, no Amazonas, como era feito no passado.

O Secretário falou que ia averiguar essa informação e que o Grupo de Trabalho não teria um papel teórico, mas sim de definir a situação dos seringais.

MINISTÉRIO DA CULTURA DIA 22

Angelo Oswaldo de Araújo Santos - Diretor do SPHAN e Chefe de Gabinete,
o Responsável pela Secretaria de Atividades Sócio-Culturais, Marcos
Terena e Carlos Moura.

Seringueiros e: Explicaram que querem a defesa da floresta amazônica
Índios e que solicitam o apoio do Ministério para a valoriza-
DOC 15 ção da cultura que eles produzem.

O Chefe de Gabinete afirmou que o Ministro da Cultura esteve no
Acre e tomou conhecimento da produção cultural dos seringueiros. Gosta-
riam de ter uma orientação de como contribuir.

Com relação à proposta de tombamento do Vale do Guaporé como Monu-
mento Natural, afirmou que é preciso estudar a viabilidade de garantia
de conservação da área depois de tombada. Gostariam de acompanhar os es-
tudos que estão sendo feitos sobre as Reservas Extrativistas para ver
a possibilidade de algumas áreas serem tombadas como patrimônio natural.

A Secretaria de Atividades Sócio-Culturais está estudando a possibi-
lidade de serem realizados estudos de impacto sócio-cultural dos grandes
projetos sobre várias regiões do país.

A linha de atuação do MINC está definida no sentido de apoiar as
iniciativas da sociedade civil mas não assumir seu lugar nem falar em
nome dela.

Foi solicitado apoio para as realizações culturais dos seringueiros
e índios, para o Segundo Encontro Nacional, para publicações e para um
levantamento da memória dos seringais e das documentações existentes
nos antigos barracões, que nunca foram registradas.

Ficou marcada uma reunião de trabalho para dias 18 e 19 de março,
com o objetivo de serem estudadas propostas concretas e formas de cola-
boração do MINC com os seringueiros e índios.

Solicitaram uma audiência, mesmo curta, com o Ministro para o dia
seguinte, o que foi marcado.

MINISTÉRIO DA CULTURA DIA 23

Ministro Celso Furtado

Tendo consciência de que o tempo disponível era pequeno os representantes dos seringueiros e dos índios falaram sobre suas culturas e solicitaram o apoio do Ministro às propostas de conservação da floresta.

O Ministro solicitou informações relativas às condições de vida dos seringueiros, ao nível de renda e às possibilidades de desenvolvimento que existiam para a Amazônia sugerindo que essas questões fossem discutidas com a SUDAM e o Ministério do Interior. Afirmou que achava que os índios tinham sua própria cultura, uma legislação que os protegia e que não via muito bem qual o sentido da idéia de Reservas Extrativistas. Na sua opinião o extrativismo era a forma mais simples de atividade econômica e que era preciso pensar em alternativas para melhorar o nível de renda.

Os seringueiros e seus assessores falaram que havia uma cultura também entre eles, ligada à floresta e que a idéia de Reserva Extrativista não era manter a floresta como está, mas sim incentivar seu uso racional e aumentar a produtividade sem com isso eliminar os recursos florestais.

Perguntando de que forma o Ministério da Cultura poderia contribuir foi solicitada a ajuda no sentido de ser realizado um inventário da memória dos seringais e da cultura da floresta, uma vez que não existe nada registrado sobre isso e as transformações que estão ocorrendo na Amazônia colocam em risco esse patrimônio.

A audiência encerrou com uma poesia recitada pelo Presidente do CNS, de sua autoria, denominada "O Pai Nosso do Seringueiro".

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA DIA 23 DOC 15

Cristóvam Buarque - Reitor e Assessores ligados ao Núcleo pela Paz.

A reunião realizada na UNB teve um caráter diferente das demais na medida em que esta Universidade apoiou o Encontro Nacional de 85 e já tem maiores informações sobre o movimento. Duroù mais ou menos quatro

horas, foi gravada e será transformada em um documento.

Foi feita uma avaliação do movimento desde o Encontro Nacional e de suas principais conquistas: reconhecimento pelos órgãos públicos; divulgação das propostas; apoio de pessoas e entidades nacionais e internacionais; aliança com os índios; voltaram a Brasília com maior organização e propostas mais aperfeiçoadas que em 85; foram criados grupos de trabalho no INCRA-MIRAD e na SUDHEVEA.

O Reitor da UNB disse que os seringueiros e índios apresentam uma visão de conjunto da questão ecológica: o homem e o meio-ambiente e que ele gostaria que essa idéia fosse conhecida na Universidade. Está definida a possibilidade dos seringueiros ficarem na Universidade de forma mais permanente como professores visitantes por dois ou três meses para falar aos alunos e produzir um livro sobre o trabalho.

Sugeriu também a criação, na UNB, de um Núcleo de Estudos Amazônicos. Solicitou que fosse identificado algum professor da Universidade que tivesse interesse por essa questão, para ele tomar a iniciativa de criar o Núcleo.

Solicitou que na próxima vez que os seringueiros e índios vierem fazer outra peregrinação por Brasília começassem pela UNB e não terminassem por ela. A UNB pode preparar as audiências antes, indicar as pessoas que devem ser procuradas nos diversos órgãos e servir como escritório para o movimento. É preciso ter pessoal permanente pensando esse problema na Universidade.

Apresentou também a possibilidade da UNB assessorar as propostas do movimento para a Constituinte na medida em que criou um grupo de trabalho especificamente para esse fim. A idéia de Reserva Extrativista pode ser estudada por essa comissão e pode também ser colocada no jornal da Constituinte.

Afirmou que não fazia essas sugestões em função do movimento, mas pelo interesse da própria Universidade porque essa é a forma que existe para ela mudar. Porque se não mudar, vai acabar, porque vai perder a função dentro da sociedade.

Com relação ao apoio para o segundo Encontro Nacional, pelo fato de ser realizado durante o período letivo, não poderia contar com alojamento, mas sim com alimentação.

OBSERVAÇÕES FINAIS

No dia 23 pela manhã foi realizada uma coletiva de imprensa durante a qual seringueiros e índios comunicaram a criação da ALIANÇA AMAZÔNICA DOS POVOS DA FLORESTA e entregaram fotografias de satélite cedidas pela NASA mostrando dados dos desmatamentos em Rondônia e Acre.

As matérias publicadas estão em anexo, incluindo as que foram publicadas no Acre antes da viagem. Os resultados foram aquém do previsto, uma vez que nem todos os jornais convidados estavam presentes e os que lá compareceram não deram destaque ao assunto. Falta incluir matérias que saíram em jornais da Amazônia porque ainda não chegaram em nossas mãos.

Este relatório foi escrito por uma única pessoa, a partir de anotações pessoais. Apesar do cuidado, pode ter havido omissões e/ou erros. Por exemplo, não há registro da audiência realizada na FUNAI e está faltando o documento 11 entregue ao INCRA. Revisões, complementações, correções devem ser feitas por aqueles que considerarem relevante.

Curitiba, 31 janeiro 1987

Mary Helena Allegretti
Mary Helena Allegretti

AMAZÔNIA: A DEVASTAÇÃO PLANEJADA AVANÇA

" A Amazônia é um grande vazio demográfico que precisa ser ocupado produtivamente". Este lema fez parte do discurso oficial na época do "milagre brasileiro", que avocava, ainda, pressupostos de "Segurança Nacional" para desenvolver uma política de "ocupação" da Amazônia. O discurso continua orientando, ainda hoje, as políticas oficiais para a Amazônia.

O início da década de 70 foi o marco do processo de "colonização" da Amazônia. Projetaram-se e, até, construíram-se parcialmente, grandes rodovias (Transamazônica, Perimetral Norte, etc), o governo incentivou a migração em massa de trabalhadores desempregados e/ou sem terras para a Amazônia, abriu linhas de créditos e incentivos para grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais através da SUDAM, POLAMAZÔNIA, PROTERRA, etc, para que se instalassem na Amazônia, para " integrá-la ao modelos de desenvolvimento" planejados de fora para dentro do país.

Essa política deu início ao processo de devastação programada da Amazônia.

A TRANSFORMAÇÃO DOS SERINGAIS EM FAZENDAS

Com os incentivos fiscais do governo, grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais "compraram" extensas áreas na Amazônia e começaram a implantar grandes "projetos" agropecuários. Isso desestruturou as relações de produção existentes até então, transformando os seringais e castanhais nativos, predominantes em boa parte da região (especialmente Acre, Rondônia, Amazonas e Pará) , em áreas de "propriedades" dos grandes grupos econômicos que para "limpar" suas áreas e garantirem, basicamente, a posse da terra para fins especulativos, começaram a realizar grandes desmatamentos com o fito de expulsar os posseiros residentes nos seringais.

A desculpa oficial era, sempre, a do aproveitamento das

áreas para desenvolvimento de projetos agropecuários, com destaque para a implantação de grandes fazendas, sem que, no entanto, isso viesse a se concretizar. Basta ver que, hoje, apesar de toda a devastação, falta carne de boi em todos os estados amazônicos.

A DEVASTAÇÃO EM NÚMEROS

No que tange à afirmação de que a "Amazônia é um grande vazio demográfico que precisa ser ocupado economicamente", é preciso dizer que, dentro dos parâmetros do que se consignou chamar "desenvolvimento" no centro-sul essa afirmação é verdadeira. Senão vejamos: a densidade populacional na Amazônia era, em 1.980, de acordo com o IBGE, de 1,65 habitante por quilômetro quadrado, enquanto que no nordeste era de 22,57 hab/km², no sudeste de 56,31 hab/km², no sul de 33,86 hab/km² e no Centro-Oeste de 4,01 hab/km². Mas é importante ressaltar que a Amazônia apresenta, afora a própria área ocupada por rios e várzeas inadequadas para a habitação, características próprias que devem ser consideradas ao se emitir o conceito de desenvolvimento: ~~essa é a causa de que~~ a Amazônia vem sendo habitada e tornada produtiva há séculos pelos indígenas e há um século pelos seringueiros, que vivem na floresta, exploram-na produtivamente sem no entanto, devastá-la. Essa forma de exploração autosustentada das florestas faz com que, logicamente, a densidade populacional seja muito menor que nas outras regiões.

Mas o governo brasileiro, tomando por base a análise fria dos números e os interesses do grande capital forjou a ilusão do grande "ELDORADO" na Amazônia, incentivou a migração em massa para lá. É fácil ver isso pelos números: o estado de Rondônia, que em 1.980, de acordo com dados do Censo Demográfico, possuía uma população de 491.069 pessoas, em 1.985, conforme estimativas do Anuário Estatístico, já chegava a uma população de 904.298 habitantes, já estando, hoje, com população superior a um milhão de habitantes, ou seja, teve um crescimento populacional de mais de 100% em seis anos, com crescimento de cerca de 17% ao ano. É importante observar que esse crescimento acelerado acompanhou exatamente o asfaltamento da BR 364, trecho Cuiabá-Porto Velho, que se processou nesse período.

O Acre, próximo estado a ser atingido pelo asfaltamento da BR 364, já com os trabalhos em pleno desenvolvimento no trecho Porto Velho - Rio Branco, tinha, em 1.980, uma população de 301.303 habitantes e em 1.985, 358.000, ou seja, com um incremento populacional de cerca de 20% em cinco anos.

Agora, recentemente, o governo acreano, mais especialmente a prefeitura da capital apresentou o "PLANO DIRETOR" do crescimento da cidade, admitindo um incremento populacional da ordem de 17% ao ano (a mesma taxa de Rondônia !), colocando que a capital passará, até 1.995 a contar com uma população de 700 mil habitantes (hoje tem cerca de 160 mil). Informações de moradores de localidades acreanas junto à divisa com Rondônia dão conta de que entram, já hoje, antes da conclusão do asfaltamento da BR 364, trecho Porto Velho - Rio Branco, cinco famílias por dia no Acre.

MIGRAÇÃO E DEVASTAÇÃO

A migração de populações de outras regiões para a Amazônia traz consigo, além de todos os problemas de qualquer inchaço populacional brusco, um problema muito maior : a devastação em larga escala da floresta; com todos os problemas que esse desequilíbrio traz. Fotos de satélite (em anexo) mostram que o processo de devastação cresce em proporção geométrica. Em 1.982 a área desmatada em Rondônia era de 10 mil Km² (um milhão de hectares), correspondendo a 4% da área total do Estado. Em 1.985 as fotos mostram que a área desmatada já atingiu 27 mil Km² (2 milhões e 700 mil hectares), correspondendo a 11% da área do Estado, ou seja, em TRÊS ANOS a área desmatada praticamente TRIPLICOU (de 4 para 11%). Estudos da NASA informam que o desmatamento de Rondônia, agora, DUPLICA a cada DOIS ANOS, ou seja, agora em 87 a área desmatada deverá atingir cerca de 5,4 milhões de hectares (54 mil Km²). Nessa marcha, Rondônia, que possui área total de 243.044 Km² estará TOTALMENTE DESMATADO, no máximo, em 1.992, ou seja, daqui a cinco anos!

Para o Acre não existem dados comparativos, a nível de imagens de satélite, mas a foto de 1.985 mostra uma área já desmatada de 5.400 Km² (540 mil hectares), correspondente a cerca de 3,5% da área total do Estado, com uma coincidência a ser considerada nas imagens disponíveis, quer nas de Rondônia, quer na do Acre: a devastação avança paralela às grandes rodovias, Em Rondônia ao longo das BR's 364 e 429. No Acre, unindo-se ao desmatamento

ao longo da BR 364, (desde a divisa com Rondônia até o município de Sena Madureira-AC, passando por municípios como Plácido de Castro, Senador Guiomard, e, principalmente Rio Branco), há outro eixo que puxa esse desmatamento: a BR 317, que liga a capital a Assis Brasil, na fronteira com o Perú, numa extensão aproximada de 350 km, com asfaltamento também já contratado. Além de uma outra ameaça: a abertura da TRANSACREANA, que cortará o estado de ponta a ponta, pelo meio, ligando nada a lugar nenhum e ameaçando sobremaneira as comunidades indígenas da região. É imprescindível dizer que "coincidentalmente" é ao longo desses eixos que estão localizadas as grandes fazendas implantadas a partir de 1.970, ou então, alguns projetos de assentamento dirigido, do INCRA, todos com processos de reaglutinação de áreas em pleno desenvolvimento, dadas as condições adversas que apresentam, inclusive por suas próprias locações.

Se o crescimento da devastação se der no Acre no mesmo ritmo de Rondônia, o Acre precisará de muito menos tempo para estar totalmente devastado, vez que apresenta área territorial de cerca de 152 mil Km². E é exatamente isso que se apresenta. Para se ter uma idéia, somente no prazo de 15 anos, no município de Xapuri, já foram destruídas cerca de 180 mil árvores de seringueiras e 80 mil árvores de castanheiras, sem contar os milhões de metros cúbicos de madeira de lei destruídos pelo fogo das queimadas.

A LUTA DOS SERINGUEIROS E ÍNDIOS

Toda a invasão da Amazônia, promovida quase que totalmente pela política governamental para a região, tem levado a uma expulsão progressiva e violenta dos habitantes da floresta para as periferias das cidades ou, numa quantidade imprecisa, pois ninguém (nem o governo boliviano nem o brasileiro) tem essas informações, para a Bolívia. Informações empíricas colocam que devem existir hoje, na Bolívia, cerca de 15 mil famílias de seringueiros brasileiros trabalhando naquele país, sem direito nenhum, superexplorados pelas taxas e pelos patrões (seringalistas) bolivianos ou, até, marreteiros brasileiros, além de, estatisticamente, serem população inexistente, pois não entram nem no rescenseamento brasileiro nem no boliviano. Se esse total for correto (se não o for está próximo da realidade), corresponde, atualmente, a cerca de 20% da população do estado do Acre.

Para tentarem sobreviver, os seringueiros e índios vêm lutando desde há muitos anos em defesa das florestas.

Os seringueiros começaram a se organizar a partir dos sindicatos de trabalhadores rurais e, desde 1.973 vêm desenvolvendo uma atividade de luta em defesa da sobrevivência, contra as derrubadas, denominada "EMPATE", que se realiza na época dos desmatamentos e consiste na organização de grupos de seringueiros (participam homens, mulheres e crianças) que se juntam e partem para as áreas em processo de desmate e, pacificamente, exigem a parada imediata dos trabalhos. Nessa atividade os seringueiros agem de forma pacífica, sem portar armas e fazem do convencimento dos peões pela argumentação, mostrando os riscos que o desmatamento traz para os seringueiros, a sua principal força. Normalmente se consegue "empatar" as derrubadas (os peões vão embora) até que um juiz de direito dê (sempre) ganho de causa para os fazendeiros autorizando os desmatamentos e, inclusive, deslocando forças policiais para garantirem o trabalho dos peões.

Em outubro de 1.985, em Brasília, foi realizado o I ENCONTRO NACIONAL DE SERINGUEIROS DA AMAZÔNIA, ~~em~~ onde os seringueiros tomaram várias resoluções, uma delas foi a criação do Conselho Nacional de Seringueiros que de lá para cá vem sendo a entidade representativa dos seringueiros da Amazônia na luta em defesa da sobrevivência e, conseqüentemente da floresta, pois, para o seringueiro preservar a floresta é garantir a sua própria existência.

Os índios, por sua vez, lutam há dezenas de anos pela demarcação de suas terras e a garantia de sobrevivência das nações indígenas, com respeito, inclusive às suas culturas diferentes e ao seu modo de vida próprio, o que quer dizer, defender a floresta, com a qual vivem integradamente.

A luta organizada dos povos indígenas tomou força a partir da criação da União das Nações Indígenas (UNI), que, ao unir as muitas nações em torno de lutas comuns reforçou em muito as lutas que se davam isoladamente, principalmente contra os crimes perpetrados a essas nações, como as "correrias" (matanças generalizadas de índios) promovidas pelos seringalistas na Amazônia, principalmente no início do século.

A partir de 1.986, índios e seringueiros começaram a discutir a possibilidade e a viabilidade de uma ALIANÇA DOS POVOS DA FLORESTA, em defesa da floresta amazônica e das populações extrativistas da região. Essa proposta vem sendo viabilizada entre as lideranças e profundamente discutida por seringueiros e índios. Em todos os encontros regionais de seringueiros e de lideranças indí-

genas essa aliança já foi discutida e aprovada.

Hoje, seringueiros e índios vêm, juntos, a Brasília apresentar reivindicações aos vários Ministérios e órgãos públicos federais ligados especialmente a questão da borracha natural, da terra e do meio-ambiente.

Mas todos têm claro que a luta está apenas começando e que será árdua, pois os interesses do grande capital continuam com poder de pressão tão, ou mais forte, na "Nova" quanto na "Velha República".

O que na "Velha República" tinha como lema "integrar para não entregar", tem, na "Nova República" o status de "PROJETOS GOVERNAMENTAIS", como o "Calha Norte", que prevê a militarização da Amazônia dentro dos mesmos "pressupostos de Segurança Nacional", só que na "Nova República" tais projetos e outros desenvolvidos com o sentido belicista (Serra do Cachimbo) estão sendo implantados com a maior rapidez, e sem admitirem contestações.

Enquanto isso, a Reforma Agrária não passa de discurso e não contempla os interesses dos seringueiros e dos povos extrativistas, ao mesmo tempo em que a demarcação das áreas indígenas avança (?) muito lentamente, colocando em risco a sobrevivência das próprias nações da região amazônica, sem contar que áreas já demarcadas vêm sendo permanentemente invadidas por grileiros, garimpeiros, trabalhadores sem terras incitados por grileiros, et.

É preciso mudar esse quadro e é por isso que seringueiros e índios estão unidos em defesa de interesses comuns.

CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS

31

OF. nº 1/87

Rio Branco, 16 de janeiro de 1987.

DO : CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS

PARA : COORDENADOR DO IPEA

Ilmo. Sr.

O Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas - PMACI - desde a sua criação tem sido, no que tange ao Meio Ambiente, um plano ultra-secreto, elaborado apenas nos gabinetes, em Brasília ou, no máximo, com membros da Assessoria de Planejamento do Governo do Acre. Os maiores interessados no seu desenvolvimento, os habitantes da floresta, especialmente os seringueiros, jamais foram consultados, não participaram de nenhuma discussão ampliada desse "Projeto", o mesmo ocorrendo com as entidades que os apóiam.

É preciso dizer, ainda, que não se sabe até que ponto o GT-PMACI considerou as propostas dos seringueiros no que concerne ao meio ambiente e desenvolvimento regional, especialmente a proposta de RESERVA EXTRATIVISTA, apresentada pelos seringueiros a partir do I ENCONTRO NACIONAL DE SERINGUEIROS, realizado em outubro de 1985, em Brasília.

Isso posto, o Conselho Nacional de Seringueiros, vem a presença de V.Sª exigir a participação dos seringueiros e das entidades que os apóiam na elaboração, acompanhamento e execução do PMACI no que concerne ao meio ambiente, pois esse fora o compromisso assumido pelo IPEA anteriormente e que jamais foi implementado.

Atenciosamente

Raimundo M. de Barros
Raimundo Mendes de Barros

TESOUREIRO

OSMARINO AMÂNCIO RODRIGUES
Osmarino Amâncio Rodrigues

SECRETÁRIO

Osmarino Amâncio Rodrigues
Jaime da Silva Araújo
PRESIDENTE

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

Brasília, 19 de Janeiro de 1987

DO: Conselho Nacional dos Seringueiros

AO: Sr. Antônio Ortiz Mena

DD. Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, NN
Washington D.C. 20.577 USA

Exmo. Sr. Presidente,

É do conhecimento de V.Exa. que a aprovação de financiamento por parte desse Banco para o asfaltamento da BR 364, cho Porto Velho (RO) - Rio Branco (AC), Brasil, colocou como uma das exigências básicas a elaboração, por parte do governo brasileiro, de um Plano de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas na área de influência dessa rodovia. Tal exigência gerou a criação pelo governo Brasileiro, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), no IPEA, do GT PMACI, órgão encarregado de conduzir a elaboração do Plano solicitado pelo BID, em 1985.

Algumas questões devem, no entanto, ser levantadas em relação ao PMACI:

-Proteção ao meio ambiente, implica, necessariamente, a preservação das florestais habitadas por seringueiros?

-Esse Plano deve ou não contar com a participação das populações diretamente atingidas pelo impacto do asfaltamento da rodovia ou acontecerá, como já aconteceu, os mesmos deslindes e desvios do POLONOROESTE, em Rondônia?

-Se a proteção ao meio ambiente é realmente importante para o BID, por que as negociações estão se dando de forma quase secreta? Por que os técnicos desse Banco, quando em viagens de supervisão na região do impacto, negam-se

a ouvirem as populações que habitam as florestas (seringueiros e índios), através de suas lideranças?

Tais questões são importantes de serem levantadas, porque até hoje os seringueiros não foram ouvidos pelo GT PMACI, embora sejam aqueles habitantes da floresta os maiores interessados na sua preservação.

Nenhuma medida efetiva de proteção ao meio ambiente foi tomada para a região e o trabalho de asfaltamento da BR 364, no trecho já mencionado está em franco desenvolvimento.

Quaisquer planos que possam ter sido apresentados ao BID só existem se foram produzidos em gabinetes, por grupos de tecnocratas, com pouca ou nenhuma participação dos habitantes da floresta. No caso, os seringueiros não foram sequer ouvidos.

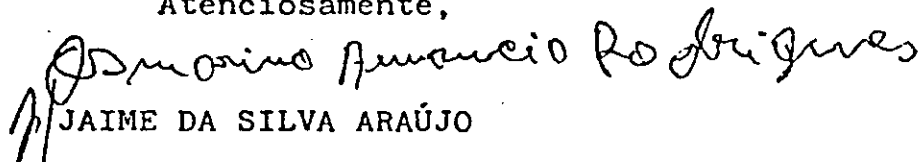
Colocado tudo isso, os seringueiros exigem que quaisquer planos de proteção ao meio ambiente só possam vir a ser aceitos por essa Instituição se contarem com a participação dos mesmos, através do Conselho Nacional de Seringueiros, entidade representativa dos seringueiros da Amazônia.

-Em defesa da floresta!

-Por Reservas Extrativistas!

-Pela participação dos Seringueiros na definição dos Planos e Projetos para a região amazônica, e em especial na definição e implantação do PMACI!

Atenciosamente,


JAIME DA SILVA ARAÚJO
Presidente

UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS/NORTE

Brasília, 19 de Janeiro de 1987

DA: UNI/NORTE

AO: PRESIDENTE DA FUNAI E

AO COORDENADOR DO PMACI

Ilustríssimos Senhores,

A UNI/Norte, entidade representativa do movimento indígena do ACRE/Sul do Amazonas, dirige-se à Vossas Senhorias para fazer as seguintes perguntas:

1º) Por que não foi concluída nenhuma demarcação de áreas indígenas em nossa região, conforme foi planejado para 1986? Achamos que as demarcações estão sendo feitas de modo muito lento. Quando reclamamos na FUNAI, recebemos como resposta que o PMACI não tem repassado recursos para demarcar as nossas terras. Sabemos que no ano passado foi iniciada a demarcação mas que não foi concluída. Por que isso está acontecendo?

2º) O que está faltando para que se pague as indenizações das benfeitorias dos seringueiros, posseiros e seringalistas que ainda estão ocupando as nossas terras? Várias áreas indígenas foram demarcadas em 1985, mas até agora não tiveram a sua situação fundiária regularizada de modo definitivo. A Área Indígena Nuquini do alto rio Môa, por exemplo, já foi demarcada, mas até hoje quem manda lá é o antigo patrão seringalista. Por que isto está acontecendo? É falta de recursos ou falta de boa vontade para que os patrões seringalistas, seringueiros e posseiros sejam indenizados e retirados de nossas terras?

3º) Várias áreas indígenas do Estado do Acre, principalmente a dos Kampa/Kulina do alto Envira e Kaxinauá do

rio Jordão estão sendo atacados por nossos parentes sem contato (que vocês chamam de arredios), mas até agora não foi tomada nenhuma atitude pela FUNAI/PMACI para evitar conflitos e mortes, como já vem acontecendo.

O líder Kaxinauá Soeiro Cerqueira há anos vem pedindo providências no sentido da instalação de uma frente de atração para o rio Jordão, porque o seu povo está abandonando os dois principais seringais de sua área, mas até agora não foi tomada nenhuma medida concreta. Caso não haja solução para essa situação, os Kaxinauá estão dispostos a organizar por conta própria correrias para garantir as suas terras e os seus seringais. Queremos que isto não aconteça, porque sabemos que tem outra forma de resolver esta questão. A Administração Regional da FUNAI em Rio Branco, por exemplo, já dispõe de um sertanista e de nossos próprios parentes para organizar uma frente de atração. O que está faltando mesmo são pequenos recursos para implantá-la de fato.

Queremos uma resposta por escrito da Presidência da FUNAI e do Coordenador do PMACI para as nossas perguntas, para que possamos mostrá-la para o nosso povo do Acre/Sul do Amazonas. Em anexo estamos apresentando um documento do povo Kaxinauá, no qual solicitam a frente de atração referida no item 3.

Atenciosamente,

Jose Correia da Silva - Jaminawa
JOSE CORREIA DA SILVA - Jaminawa
Coordenador da UNI/Norte

Soeiro Sales Cerqueira
a rógio: SOEIRO SALES CERQUEIRA
Líder Kaxinauá do rio Jordão

Raimundo Sales
RAIMUNDO SALES
Líder Iauanawá do rio Gregório

36

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

Brasília, 19 de Janeiro de 1987

Exmo.Sr.
Dr. JOSÉ HUGO CASTELO BRANCO
M.D. Ministro de Estado da Indústria e Comércio
NESTA

Exmo. Senhor Ministro

A dramática situação dos seringueiros e índios produtores de borracha da Amazônia não pode continuar como está. Algo tem de ser feito com a máxima urgência.

O Conselho Nacional de Seringueiros e a União das Nações Indígenas têm propostas e reivindicações concretas que, em anexo, estamos encaminhando à V.Exa., para que sejam analisadas com a devida profundidade e urgência.

Antecipadamente agradecemos sua atenção e contamos com providências urgentes.

EM DEFESA DA FLORESTA!

EM DEFESA DOS POVOS DA FLORESTA!

Atenciosamente,

Jaime da Silva Araújo
JAIME DA SILVA ARAÚJO
Presidente

37

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

Brasília, 19 de Janeiro de 1987

DO: Conselho Nacional dos Seringueiros

AO: Conselho Nacional da Borracha

Prezados Conselheiros,

Em anexo estamos encaminhando à Vossas Senhorias cópias da documentação entregue ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Indústria e Comércio, Dr. José Hugo Castelo Branco, por ocasião de audiência realizada no dia de hoje.

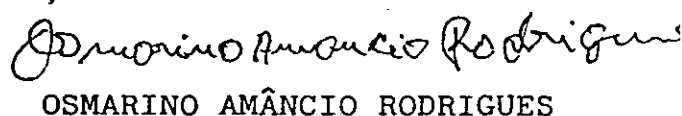
Com a devida venia solicitamos que tais documentos sejam analisados com atenção e profundidade em todos os seus ítems, devendo os Senhores Conselheiros atentarem especialmente para o fato de que os seringueiros é que são, efetivamente, os produtores de borracha neste País e, como tal, deveriam, segundo nosso entendimento, ter assento junto a esse Conselho.

Certos de sua atenção, aguardamos seu pronunciamento o mais breve possível.

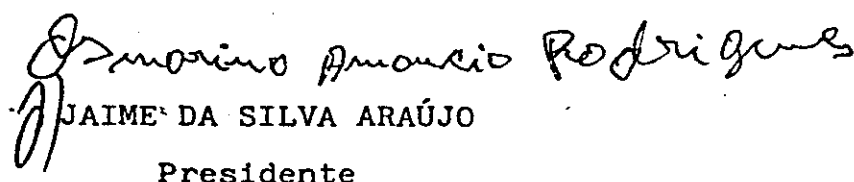
Atenciosamente,


RAIMUNDO MENDES DE BARROS

Tesoureiro


OSMARINO AMÂNCIO RODRIGUES

Secretário


JAIME DA SILVA ARAÚJO
Presidente

**"EM DEFESA DE UMA POLÍTICA
PARA A BORRACHA ADEQUADA A
SERINGUEIROS E ÍNDIOS DA AMAZÔNIA"**

Desde que teve início a atividade econômica da borracha na Amazônia, nós, índios e segringueiros, garantimos o abastecimento dos países estrangeiros e do Brasil, mas nunca fomos reconhecidos como verdadeiros produtores.

Hoje, essa situação está mudando. Pela primeira vez na história nós nos dirigimos, unidos pela '**ALIANÇA AMAZÔNICA DOS POVOS DA FLORESTA**', para reivindicar uma política adequada às novas necesidades e modificar uma situação que perdura há mais de um século.

No passado, e mesmo em anos recentes, a política do Governo para a borracha garantia os preços do produto para evitar uma crise social de graves proporções na Amazônia. Na verdade, os seringalistas se beneficiavam do apoio oficial em nosso nome, sem que, os resultados chegassem até nós.

Sempre vivemos de maneira miserável, isolados na floresta, explorados por patrões que não permitiam nossa livre circulação e nem repassavam para nós as vantagens que obstinham do Governo.

Essa situação precisa mudar. Para nós, índios, não basta a garantia das terras, se o preço da borracha não nos permite viver. E nós, seringueiros, não poderemos mais produzir se continuarem nos expulsando da floresta e remunerando mal o nosso produto.

Solicitamos do Governo que estude com atenção este documento e atenda, com urgência, as nossas propostas.

"A SITUAÇÃO DOS SERINGUEIROS"

Em outubro de 1985, pela primeira vez na história da A mazônia, nós, seringueiros, realizamos um encontro em Brasília, con gregando 130 representantes, vindos dos mais distantes seringais. Vi vendo completamente à margem de qualquer programa social, esquecidos pelo Estado desde que nossos antepassados migraram para a Amazônia, no final do século passado, nós constituímos, ainda hoje, um contin gente de 500.000 pessoas vivendo do extrativismo.

Nossas reivindicações podem ser assim sintetizadas: pre servação das áreas de florestas onde vivemos; reforma agrária que ga ranta a maneira como nós utilizamos os recursos da floresta; progra ma de educação e saúde e mudanças tecnológicas que melhorem nosso pa drão geral de vida. Tudo isso se resume na idéia de que sejam cria das Reservas Extrativistas, ou seja, áreas não divididas em lotes, nas quais sejam garantidos os direitos fundiários derivados do uso permanente da floresta e o acesso aos programas sociais de que neces sitamos.

Essa proposta foi divulgada por ocasião do nosso 'ENCON TRO NACIONAL' e vem encontrando apoio dos órgãos públicos porque é a maneira mais adequada de combinar a conservação dos recursos flores tais com programas de desenvolvimento.

Organismos internacionais como a ONU, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento também estão vendo nessa proposta uma alternativa de garantir a proteção das florestas. Eles sabem que nós protegemos as matas porque dependemos delas para sobre viver.

"A SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS"

No Estado do Acre e no Sudoeste do Amazonas os nossos

povos indígenas, com cerca de 15 mil pessoas, vivem da extração da borracha e de pequenos roçados de subsistência.

Só agora, depois de 10 anos de luta, que as nossas áreas indígenas começaram a ser demarcadas pela **FUNAI** e pelo **PMACI**.

Em 1986 a Comissão Pró-Índio do Acre (**CPI-Acre**) assinou vários convênios com a **FUNAI** e com a **SUDHEVEA** que possibilitou reunir recursos para implantar e financiar cooperativas de produção e consumo, administradas por nossas próprias lideranças, principalmente nas comunidades que têm por tradição o extrativismo da borracha.

Através destes convênios (**SUDHEVEA - FUNAI/CPI-Acre**) foi criado um fundo rotativo de recursos, no valor de CZ\$ 2 milhões de cruzados, destinados a financiar mais de 80 toneladas de borracha que são produzidas, por ano, dos seringais existentes em nossas terras.

"A CRISE DA BORRACHA"

O que vem acontecendo na Amazônia, nos últimos anos, coloca em risco as possibilidades de desenvolvimento adequado das florestas e de autonomia econômica e política dos índios e seringueiros.

Como o preço da borracha foi congelado por baixo, desde novembro de 1985, o mesmo não ocorrendo com as mercadorias, as comunidades indígenas não estão tendo condições de pagar os financiamentos. Mais grave ainda, as nossas áreas correm o risco de serem esvaziadas de nossos parentes, a exemplo do que está acontecendo com os seringueiros acreanos e amazonenses, migrando todos para a proximidade das cidades.

As novas medidas adotadas pelo **MIC** - diminuindo a área de ação da **SUDHEVEA** e facilitando a importação de borracha - estão produzindo insegurança nos seringais quanto ao futuro da produção na

tiva.

A consequência dessa política para nós, seringueiros e índios, é dramática: não podemos sustentar nossos filhos com o preço baixo da borracha e o alto custo das mercadorias. Isso pode ser chamado de genocídio porque tira a nossa chance de viver.

Toda essa política foi feita sem que o Governo tenha nos consultado uma única vez; nós que somos os verdadeiros produtores de borracha.

Todos os custos da produção da borracha nos seringais são arcados por nós: localizamos as árvores nativas, fazemos abertura de piques, abertura e limpeza de "estradas", construção de pontes e de escadas, raspagens das árvores, instalação de tigelas, construção de defumador ou de prensa, coleta de combustível, armazenamento e em muitos casos, transporte até o barracão, sem remuneração por estes trabalhos. Ao contrário, pagamos renda pelo direito de explorar uma área de floresta. E somos explorados nos preços, na tara, no roubo das balanças.

Os seringalistas somente transportam a borracha dos centros de produção para as cidades. E são sempre beneficiados com programas de apoio do governo.

A falência dos programas que o governo fez buscando aumentar a produção da borracha (como o PROBOR) se deve ao desvio de recursos por parte dos seringalistas. Nós, seringueiros, nunca recebemos apoio nenhum do governo. E nós, índios, recebemos recursos oficiais só depois de muitos anos de luta por nossa conta corre apoio de organismos não-governamentais.

Considerando o exposto, em nome dos produtores de borracha da Amazônia, seringueiros e índios, apresentamos as seguintes reivindicações:

1. Acesso às informações e às propostas que o governo tem para a borracha.
2. Participação na Comissão Consultiva do Conselho Nacional da Borracha na categoria de produtores de borracha nativa.
3. Garantia de mercado para produto nativo, assegurada ao produtor direto.
4. Preços de sustentação, reajustados de acordo com a inflação e compatíveis com a sobrevivência dos trabalhadores extrativistas.
5. Criação de um grupo de Trabalho que analise em profundidade a situação das populações extrativistas da Amazônia com o objetivo de identificar soluções permanentes e de longo prazo.

Essa política permitirá a permanência de índios e se

ringueiros na floresta e a garantia de proteção das matas. Os seringueiros e índios precisam da floresta e de seus recursos para viver, assim como a nação precisa deles para que a floresta continue a viver.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS/NORTE

A POLÍTICA DA BORRACHA E OS SERINGUEIROS AMAZÔNICOS

Estudo elaborado por solicitação do
Conselho Nacional dos Seringueiros

Brasília, 19 de janeiro de 1987

A POLÍTICA DA BORRACHA E OS SERINGUEIROS AMAZÔNICOS1. As mudanças recentes na política da borracha

As recentes alterações constantes na Portaria nº 143 de 11 de setembro de 1986 e no Decreto nº 537 de 5 de novembro de 1986 vieram afetar não apenas a estrutura do Conselho Nacional da Borracha e da SUDHEVEA mas também a própria política da borracha nativa do país.

Não há informações mais detalhadas sobre os rumos que o Ministério da Indústria e Comércio pretende imprimir no futuro à política da borracha. A alteração da atuação anterior, contudo, se posta em prática sem atenção à situação de cerca de meio milhão de índios e seringueiros amazônicos cuja principal fonte de renda é no presente a borracha nativa, poderá ter graves consequências sociais. De fato, tais consequências já estão sendo sentidas, em virtude dos efeitos negativos do Plano Cruzado nos seringais no decorrer do último ano.

Há dois pontos na nova legislação que podem, em particular, ser objeto de uma aplicação prejudicial aos seringueiros e índios, na ausência de disposições que os protejam especificamente.

Um deles é o Artigo 2º, item a da Portaria nº 143, que preconiza a imediata alteração da forma de cobrança da Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha -- TORMB-- sobre o produto natural nacional, tornando-a mais eficiente.

Já o item c do Artigo 2º da referida portaria recomenda a autorização da importação de borracha necessária à regularização do mercado interno, de forma a garantir a estabeleci

dade de preços e inibir ações especulativas.

Como se sabe, os controles anteriormente impostos à livre importação de borrachas naturais, em conjunto com a cobrança da TORMB sobre o produto importado com base em preços internos fixados segundo o custo de produção da borracha nativa tinham como efeito a proteção do produto amazônico. Os seringueiros e índios temem que alterações como as preconizadas levem à extinção da garantia de mercado e de preços sustentados, inviabilizando sua principal fonte de renda no presente.

Essa apreensão quanto à omissão de aspectos sociais na reformulação da política da borracha é reforçada pela ausência de informações e pela inexistência de trabalhadores extrativistas na composição do Conselho Nacional de Borracha.

O Artigo 3º do Decreto nº 93.537 prevê a existência de uma comissão consultiva ligada à SUDHEVEA e incumbida de assessorar o CNB, incluindo entre seus membros um representante dos chamados "produtores de borrachas nativas". Como tais têm sido tratados os seringalistas que abastecem de mercadorias os seringais. Contudo, são os seringueiros que arcam com os custos de produção, detendo controle completo de todas as suas fases. São os seringueiros, portanto, os verdadeiros produtores de borrachas nativas.

Em vista das considerações acima, os seringueiros e índios consideram necessário:

- a explicitação das metas pretendidas com a nova legislação, com maiores detalhes sobre sua implementação;
- a formação de um Grupo de Trabalho para analisar as implicações sociais e ecológicas da política da borracha;

- a inclusão no Conselho Nacional da Borracha de representantes de seringueiros e índios, na qualidade de "produtores de borrachas nativas".

Por outro lado, tornam-se necessárias medidas de curto prazo que assegurem:

- garantia de mercado para a borracha produzida por índios e seringueiros;

- preços de sustentação, reajustados de acordo com a inflação e compatíveis com a sobrevivência dos trabalhadores extrativistas.

Tais medidas evitarão o êxodo de seringueiros e índios das florestas que ocupam, ao preservar seu nível de renda.

Outras medidas deveriam ser adotadas a médio prazo, entre as quais:

- apoio direto ao pequeno produtor nas áreas de comercialização, beneficiamento do produto e extensão técnica;

- regularização fundiária das florestas de seringueiros como reservas extrativistas;

- diversificação da estrutura produtiva, com apoio a programas dirigidos ao pequeno produtor, utilizando tecnologia adequada à região e compatível com a preservação ambiental.

Deve-se ressaltar que tais medidas são compatíveis com uma política de mercado que racionalize as importações e estimule a ampliação da oferta interna de borracha. Não se defende portanto aqui a perpetuação do monopólio amazônico da

produção de borracha vegetal. O que se propõe é uma política

específica, através da qual se subsidiariam os produtores diretos durante um período de transição no qual se desenvolveram novas formas de manejo, se consolidariam seus direitos à floresta e se elevaria seu nível de renda.

2. Importância social da garantia de mercado para a borracha de índios e seringueiros.

Em 1980, o Censo Demográfico registrou um total de 550.000 trabalhadores florestais (madeireiros, lenhadores, carvoeiros, seringueiros, ervateiros, apanhadores etc.) acrescidos de caçadores e pescadores. Desse total, 71.054 são recenseados como seringueiros, vale dizer, têm como ocupação principal a produção de borracha nativa.

Em alguns Estados a participação dos seringueiros na força de trabalho é crucial. É o caso do Estado do Acre, onde em 1980 os seringueiros constituíam 50% dos trabalhadores rurais, e isso após uma década de redução da área florestal em consequência da derrubada de florestas para a implantação de projetos pecuários.

Numa estimativa conservadora, já que os dados do censo não registram como seringueiros os trabalhadores extrativistas ocupados apenas sazonalmente com a produção de borracha, pelo menos 420.000 pessoas dependem diretamente da renda que obtêm de borrachas nativas. Se incluirmos aqueles que têm na borracha uma ocupação secundária, esse total pode elevar-se a mais de meio milhão.

Essa população distribui-se principalmente pelos Estados do Amazonas, Acre, Pará e Rondônia, não incluindo os povos indígenas que têm na borracha uma importante fonte de renda e que incluem no Acre e sudoeste do Amazonas, cerca de 50 comunidades indígenas, com aproximadamente 15.000 pessoas. Sòmente no Estado do Acre, os índios produziram 80 toneladas de borracha em 1985.

Deve-se ainda lembrar que milhares de seringueiros brasileiros trabalham atualmente em florestas bolivianas na fronteira com o Acre, de onde foram expulsos pela derrubada de seringais, e para onde vendem a produção.

Uma parcela significativa desses seringueiros trabalha de modo autônomo, organizados em certas áreas em cooperativas e associações. Desde 1985 seringueiros reivindicam a criação de Reservas Extrativistas como forma de regularização de seus direitos às florestas que ocupam secularmente.

A importância dos seringueiros não se restringe a esses dados. Há mais de um século, seringueiros têm se adaptado às condições de vida na floresta tropical, armazenando, em contato com as populações indígenas, um amplo patrimônio de técnicas de manejo equilibrado da floresta. De fato, já em seguida às primeiras crises no mercado da borracha, os seringueiros responderam pela diversificação de suas atividades econômicas. Assim, combinam hoje uma agricultura de subsistência apropriada à regeneração florestal com caça e pesca não predatórias, juntamente com a extração de grande variedade de produtos silvestres com potencial econômico. Conhecem a aptidão dos solos locais e desenvolvem já em algumas regiões, como no médio Madeira, bem sucedidas experiências de silvicultura sem apoio governamental.

Tais experiências de exploração dos recursos naturais, se articuladas a assistência técnica e a formas adequadas de comercialização, poderão vir a representar uma alternativa de desenvolvimento para populações amazônicas até hoje marginalizadas. Medidos os custos e benefícios a longo prazo, há sugestões no sentido de que tais soluções podem ser mais rentáveis que muitos projetos de colonização e criação de gado atualmente em implementação.

3. O fracasso da política da borracha no período recente

Entendemos que as mudanças constantes na Portaria nº 143 e no Decreto nº 95.537 estão dirigidas para a regularização do abastecimento de borrachas vegetais a curto prazo, através da agilização das importações, e para a busca de auto-suficiência estratégica, através da racionalização dos investimentos no setor gomífero.

Seriam as medidas aqui propostas uma tentativa de perpetuar o favorecimento com que foram beneficiados até o presente os seringalistas amazônicos, conflitando com os objetivos resumidos no parágrafo anterior?

Para reponder a essa indagação, é necessário antes de mais nada distinguir seringalistas de seringueiros. Os beneficiários dos privilégios financeiros concedidos à Amazônia e os defensores do monopólio amazônico sobre a borracha vegetal foram os seringalistas, contemplados com a maior parte dos recursos do PROBOR I, II e III.

Ora, são conhecidos os medíocres resultados dos programas acima. Em consequência do fracasso de tais programas, aumen-

tou sensivelmente ao longo da década de 1970 a disparidade entre as necessidades do consumo industrial e a produção interna de borrachas vegetais. Com efeito, enquanto o consumo de elastômeros triplicou, a produção de borracha vegetal nacional, que atendia a 60% do consumo, passou a suprir menos de 30% das necessidades industriais no final da década. As projeções atuais não indicam uma reversão dessa tendência para o futuro próximo.

Tais resultados foram atribuídos ao desvio de recursos, à incapacidade gerencial e à inaptidão da Amazônia para o cultivo de seringueiras. Consideremos esses argumentos.

De fato os financiamentos do PROBOR, assumindo praticamente a totalidade dos encargos nos projetos iniciais de seringais de cultivo, a taxas de juros negativas e com longos períodos de carência, estimulavam o esbanjamento por parte de seringalistas. Estes tampouco mostraram capacidade empresarial, mesmo porque são de fato comerciantes e intermediários, cujo papel tem sido tradicionalmente o de adiantar mercadorias em troca de borracha com juros e altas margens de lucro. É natural que tais seringalistas considerassem mais racional aplicar os recursos do PROBOR no mercado financeiro ou em outros investimentos de rentabilidade imediata.

Não foram porém os seringueiros os responsáveis pelo desvio desses recursos que nunca viram. Não fracassaram como administradores; pelo contrário, a produtividade dos seringueiros aumentou nos anos 70, em virtude dos preços estáveis durante o período, e da adoção de novas tecnologia por iniciativa dos próprios seringueiros.

Quanto à inaptidão ecológica da Amazônia para a silvicultura, ela não se tem verificado nas experiências de cultivo

postas em prática diretamente por seringueiros. Estes têm conseguido o desenvolvimento de árvores em ambiente diversificado, plantando seringueiras nas capoeiras de seus roçados de subsistência, o que permite o desenvolvimento dos inimigos naturais do fungo responsável pelo "mal das folhas".

Em resumo, os seringueiros podem vir a produzir borracha de modo mais eficiente e a custos menores que os seringalistas tradicionais, cujo "custo de produção" sempre foi estabelecido em função de suas margens de lucro como intermediários comerciais.

Por outro lado, os seringueiros não pretendem suprir o mercado nacional com seu produto nativo, mas simplesmente preservar para si uma parcela desse mercado.

4. Alternativas para medidas de defesa a índios e seringueiros.

A garantia de mercado e a sustentação de preços para índios e seringueiros poderia tomar duas formas.

A primeira delas é dar-se continuidade à sustentação de preços internos equalizados aos preços do produto importado, com base em custos de produção para seringueiros.

Essa estratégia teria como efeito paralelo estimular a expansão de seringais de cultivo com base em investimentos privados, a exemplo do que tem ocorrido desde a década de 70 no planalto paulista.

A segunda forma, adequada mais diretamente aos seringueiros e índios e separada de uma política global de preços e importações, consistiria na compra direta da produção por parte do governo para a formação de estoques previstos por lei. Dessa

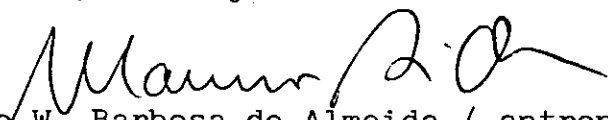
maneira, mercado e preços também seriam garantidos para os índios e seringueiros amazônicos.

A adoção dessa segunda alternativa requer, naturalmente, a implantação de mini-usinas operadas por seringueiros (onde se evitariam as distorções responsáveis pelo fracasso de experiências prévias), que poderiam assim vender seu produto já beneficiado.

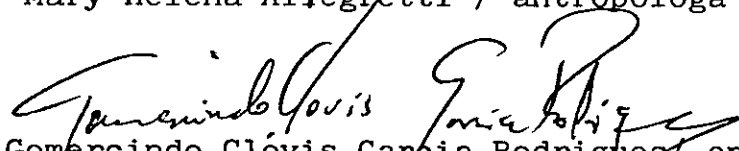
5. Observações finais

A ameaça do fim de preços sustentados para a borracha nativa ocorre no momento em que, pela primeira vez na história da Amazônia, seringueiros e índios reivindicam seus direitos às florestas que ocupam e valorizam. Não é justo que após décadas de defesa de nosso patrimônio e de nossas fronteiras, sejam privados dos recursos econômicos necessários para viabilizar suas aspirações ao uso autônomo e não predatório dos recursos naturais que tão bem sabem explorar.

Brasília, 19 de janeiro de 1987


Mauro W. Barbosa de Almeida / antropólogo


Mary Helena Allegretti / antropóloga


Gomercindo Clóvis Garcia Rodrigues / eng. agrônomo

CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS

Brasília, 19 de Janeiro de 1987

DO: Conselho Nacional de Seringueiros

AO: Dr. Luciano Alvarenga de Aguiar
M.D. Superintendente da SUDHEVEA

Sr. Superintendente,

Embora tendo sido criada para se constituir em órgão público federal responsável pela política de produção e comercialização da borracha, a SUDHEVEA nada fez em benefício direto dos seringueiros, que são, na Amazônia brasileira, os produtores efetivos da borracha. Ao contrário, a Superintendência em questão sempre apoiou os seringalistas, de fato meros comerciantes de borracha, conforme pode ser historicamente comprovado.

É para cobrar um posicionamento da SUDHEVEA que viemos até Sua Senhoria. Achamos que já passou da hora da SUDHEVEA agir em prol dos nossos interesses, e de reconhecer oficialmente os seringueiros como sendo os reais produtores de borracha.

Aproveitamos a oportunidade para encaminhar, em anexo, cópias da documentação entregue ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Indústria e Comércio, Dr. JOSÉ HUGO CASTELO BRANCO, no dia de hoje.

Sem mais,

Atenciosamente,

Jaime da Silva Araújo
JAIME DA SILVA ARAÚJO
Presidente

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS
UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS/R.NORTE

Brasília, 20 de Janeiro de 1987

DO: CNS e UNI/NORTE

AO: M.D. SUPERINTENDENTE DA SUDHEVEA
Dr.LUCIANO ALVARENGA DE AGUIAR

NESTA

Prezado Superintendente,

Considerando os resultados animadores da audiência que mantivemos no dia de ontem com Sua Senhoria e com o Exmo.Sr.Dr.JOSÉ HUGO CASTELO BRANCO, Digno Ministro de Estado da Indústria e Comércio, viemos, por meio desta correspondência indicar nossos representantes e assessores para formar o Grupo de Trabalho sugerido, com vistas à definição de políticas e ações junto à nossa categoria, qual seja a de produtores de borracha nativa, conhecidos no nosso país como seringueiros.

É a seguinte a representação acima referida:

Conselho Nacional dos Seringueiros

1. Jaime da Silva Araújo

Av.Tarumã, 866 - 69.020 Manaus/AM
tel. p/ recados: 092 232 9517

2. Raimundo de Barros

STR Xapuri - Rua Benjamin Constante s/nº
69.920 Xapuri- AC
tel. 068 542 2404

União das Nações Indígenas/Regional Norte

1. José Corrêia

Rua Francisco Ferreira da Silva, 68/Baixa da Colina

69.900 Rio Branco-AC
tel. 068 224 5594

2. Antônio Ferreira da Silva
Mesmo endereço.

Assessores

Instituto de Estudos Amazônicos

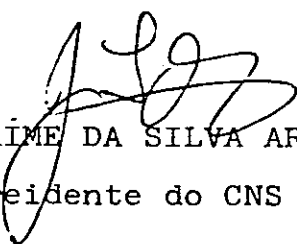
1. Mary Helena Allegretti
Rua Itupava, 1220
80.040 Curitiba/PR
tel. 041 262 9494

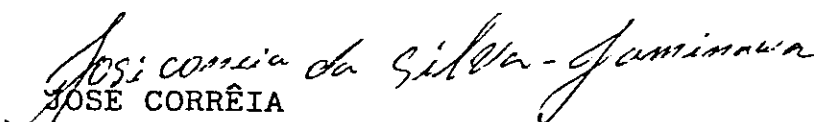
Comissão Pró-Índio/AC

1. Terri Valle de Aquino
Trav. Thamaturgo de Azevedo, 51 -IPASE
69.900 Rio Branco/AC
tel. 068 224 2970

Na expectativa de que possamos trabalhar juntos para melhorar as condições de trabalho e de vida de todos os seringueiros (índios e não índios), despedimo-nos

Cordialmente,


JAÍME DA SILVA ARAÚJO
Presidente do CNS


JOSÉ CORRÊIA
P/ UNI/NORTE

UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS/R. NORTE

Brasília, 20 de Janeiro de 1987

DA: UNI/NORTE

AO: PRESIDENTE DO INCRA

M.D.Dr. RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA

Nesta

Prezado Presidente,

A União das Nações Indígenas do Norte (UNI/NORTE), entidade dos Povos Indígena do Acre/Sul do Amazonas, dirige-se à V.Sa. para fazer as seguintes reivindicações:

As áreas indígenas começaram a ser demarcadas na região desde 1985, através do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (PMACI). Acontece que a maioria das nossas áreas estão ocupadas por posseiros, seringueiros e seringalistas. Não achamos justo que os ocupantes não-índios, que há muito tempo vivem em nossas terras, sejam simplesmente expulsos ou retirados de lá sem receberem as justas indenizações de suas benfeitorias e não sejam reassentados em outras terras, em projetos de reassentamento do INCRA.

Queremos uma participação do INCRA no sentido de regularizar a situação fundiária de nossas terras. Mas não aceitamos que se cometa injustiça com os seringueiros e posseiros, que são pessoas pobres e humildes como nós índios. Esta gente não tem para onde ir.

A FUNAI está demarcando nossas terras o que é de nosso direito histórico, mas está cometendo uma grande injustiça com os seringueiros e posseiros acreanos e/ou amazonenses. Podemos citar vários exemplos disso:

1. Área Indígena Nuquini do Alto Rio Mõa, Munic. de Mâncio Lima/Ac.;
 2. Área Indígena Poianáua do Seringal Barão, Munic. de Mâncio Lima/Ac.;
 3. Área Indígena Kampa do Rio Amõnea, Munic. de Cruzeiro do Sul/Ac.;
 4. Área Indígena Kaxinauá do Caucho, Munic. de Tarauacá, Ac.;
 5. Área Indígena Kaxinauá do Rio Humaitá, Munic. de Tarauacá, Ac.;
 6. Área Indígena Kaxinauá/Kulina do Alto Purus, Munic. Manoel Urbano, Ac.;
 7. Área Indígena Apurinã do Km 45/Br 317, Munic. Boca do Acre/AM.;
 8. Área Indígena do Peneri/Tacaqueri, Munic. de Pauini/AM.;
- E muitas outras áreas do Sudoeste do Amazonas.

Por fim, Senhor Presidente do INCRA, apoiamos a justa reivindicação dos Seringueiros da Amazônia, que lutam pela criação de Reservas Extrativistas, semelhante às nossas áreas indígenas, pois é a única maneira de proteger e utilizar como nós os recursos da floresta.

Cordialmente,

José Correia da Silva - Jarminawa
JOSE CORREIA DA SILVA
Coordenador da UNI-Norte

Raimundo Sales Iauanawa
RAIMUNDO SALES IAUANAWÁ
Representante da UNI

Soeiro Sales Cerqueira - Kaxinauá
SOEIRO SALES CERQUEIRA KAXINAUÁ



Xapuri, 11 dezembro 1986

69

Of. nº 034/86

Do: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri - Acre

Ao: Exmo. Sr. Dr. Dante de Oliveira

Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário

Digníssimo Sr. Dr. Rubem Ilgenfritz da Silva

Presidente do INCRA

Prezados Senhores:

Desde a década de 70, o Município de Xapuri vem apresentando grandes modificações na sua estrutura fundiária, em função da transformação dos antigos seringais em fazendas de gado. A cidade perdeu população, os seringueiros foram expulsos da mata e a floresta se transformou em campo para o gado. A periferia do Rio Branco recebeu parte desta população e outra parcela vive hoje nos seringais da Bolívia.

Essa região sempre foi produtora de borracha. Antigamente através de empresas seringalistas tradicionais. Em anos mais recentes, em função da quebra do monopólio dos seringalistas, surgiram os "seringueiros autônomos", posseiros que produzem e comercializam a borracha por conta própria.

Os conflitos nessa região começaram junto com a implantação das primeiras fazendas, em 1973, nos Seringais Nazaré e Santo Antônio do Riozinho, atual Fazendas Bordon, com queima de casas e expulsão dos seringueiros. No mesmo ano, no Seringal Santa Fé, os seringueiros são obrigados a assinar acordo, sob a ameaça armada dos fazendeiros, para deixar o seringal.

Em 1979, os tradicionais moradores da região, seringueiros nascidos no local, conseguiram a desapropriação de 32 mil hectares, no Seringal Porvir, os quais foram entregues aos trabalhadores, em forma de lotes individuais.

Desde então, todos os anos, os seringueiros realizam um ato legítimo de defesa de suas posses e ao mesmo tempo de proteção da floresta, denominado "empate", através do qual buscam impedir que sejam derrubadas as árvores e implantadas as fazendas. Em

função desse ato, muitos seringueiros deste município já foram presos. Apesar disso, todos os anos, de maio em diante, o movimento inicia. Calcula-se que já foram derrubadas 180.000 árvores de castanheiras e seringueiras, desde 1976, através da destruição de mais de 200 colocações (unidades de produção).

Ameaças de expulsão de antigas colocações, repetem-se todos os anos. E a partir deste ano prevê-se um número maior de conflitos, uma vez que o desmatamento deverá ser iniciado antes do tempo previsto, conforme denúncias que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais já está recebendo, muitas das quais informam sobre ameaças de expulsão.

A atuação do INCRA nesta região sempre foi precária. Desde que iniciaram os conflitos até o momento, o processo de discriminação não foi concluído. Faz um ano, já, que os seringueiros entregaram aos órgãos públicos uma proposta de regularização das áreas dos seringais através da criação de RESERVAS EXTRATIVISTAS, sem que nenhuma medida concreta tenha sido tomada.

Esta semana o INCRA tem ido nas colocações dos seringueiros para que assinem um documento ameaçando de que ficarão sem as atuais áreas que ocupam, caso se recusem a assinar. Importante ressaltar que a proposta dos técnicos do INCRA é para que os posseiros assinem um documento aceitando como de sua propriedade apenas o correspondente ao módulo rural para a região (55 ha), o que é insuficiente para que os seringueiros continuem vivendo como tal, sendo portanto, forçados a mudarem o modus vivendi da região.

Tudo isso posto, fica evidente a necessidade urgente de uma atuação imediata por parte do MIRAD e INCRA no sentido de buscar solução para os problemas colocados e que ameaçam repetir-se, cada vez com maior intensidade. A ação deve ser imediata para ter sentido preventivo e evitar, até mesmo, o derramamento de sangue.

Assim sendo, o STR de Xapuri, em nome dos seringueiros, reivindica:

- RITO EMERGENCIAL PARA A DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL DOS SERINGAIS: Nazaré, Venezuela, São Pedro, Luísa Cheia, São José (no rio Xapuri), São Cristóvão, Tupá, Fronteira, Floresta, Boa Vista, Albráçis, Sibéria, Independência, Vila Nova, Nova Amélia, São Francisco do Iracema, Oschoeira, Porto Rico, Santa Fé, Nova Esperança, São José (fronteira com a Bolívia) e Filipinas, todos no município de Xapuri, com a presença ou a iminência de conflitos;



- QUE OS SERINGAIS DESAPROPRIADOS NÃO SOFRAM DIVI-
SÃO EM LOTES?, MAS QUE SE PRESERVE A FORMA DE OCUPAÇÃO TRADICIONAL,
GARANTINDO-SE A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, POIS O SERINGUEIRO,
POR DEPENDER DA FLORESTA, É O SEU PRINCIPAL DEFENSOR, EXPLORANDO-A
ECONOMICAMENTE, MAS DE FORMA AUTO-SUSTENTADA.

- QUE SE GARANTA APOIO EFETIVO AOS HABITANTES DAS
ÁREAS DESAPROPRIADAS NO QUE TANGE, PRINCIPALMENTE, À PRODUÇÃO, SAÚDE,
EDUCAÇÃO, SEMPRE DE ACORDO COM OS INTERESSES DOS SERINGUEIROS.

- QUE NA EQUIPE DE VISTORIA A SER FORMADA ESTEJAM
PRESENTES REPRESENTANTES DO INCRA, DA COORDENAÇÃO DE CONFLITOS DO
MIRAD E DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE XAPURI :- ACRE.

Aguardando providências urgentes, subscrevemo-nos
atenciosamente,

~~Município de Itapicoba - Estado de Ipa...~~


Francisco A. Mendes Filho
PRESIDENTE

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

Brasília, 19 de Janeiro de 1987

DO: Conselho Nacional de Seringueiros

AO: Ilmo.Sr.Roberto Messias Franco
M.D. Secretário Especial do Meio Ambiente
NESTA

Ilmo.Sr.Secretário,

A defesa da floresta amazônica, como bem sabe V. Sa., é feita, efetivamente pelos povos da floresta (seringueiros e índios). É a presença e a exploração auto-sustentada desenvolvida por esses habitantes que têm garantido até agora, a integridade de grande parte dessa floresta tropical.

Sabe-se, no entanto, que a concepção política que considera a Amazônia como uma "fronteira agro-pecuária" não vem medindo esforços na busca da devastação de todo aquele ecossistema.

Os seringueiros têm como principal reivindicação, a partir do Iº Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, realizado em Outubro de 1985, em Brasília, a criação de RESERVAS EXTRATIVISTAS. Nada foi efetivamente feito nesse espaço de tempo para concretizar tal reivindicação. Muitas vezes tenta-se enquadrar o conceito de Reserva Extrativista dentro da legislação de colonização comum já existente. Isto não é suficiente, segundo nosso entendimento.

Isso posto, os seringueiros reivindicam o direito e a necessidade de participação em quaisquer estudos ou decisões que digam respeito à implementação das Reservas Extrativistas. Mas por presenciar o avanço do processo de destruição da floresta amazônica, viemos até Sua Senhoria solici-

tar a imediata criação de Áreas de Proteção Ambiental em áreas onde dominem a seringueira e a castanheira, como único meio de salvaguardar imensas áreas florestais, por nós e pelos índios ocupadas, do desmatamento desenfreado e especulativo. Queremos também participar de todas as decisões relativas à preservação do meio ambiente da Amazônia.

Atenciosamente,

Jaime da Silva Araújo
JAIME DA SILVA ARAÚJO

Presidente

Brasília, 22 de janeiro de 1987

De: Conselho Nacional de Seringueiros
União das Nações Indígenas - Norte

Ao: IBDF

Sr. Presidente:

A devastação da floresta amazônica avança em progressão geométrica. Dados recentes informam que em Rondônia a remoção da cobertura vegetal triplicou em apenas três anos. O asfaltamento da BR 364 é mais uma ameaça à preservação da floresta, estimulando a vinda de migrantes.

Nós, seringueiros e índios da Amazônia, habitamos a floresta amazônica há mais de um século, explorando seus recursos naturais sem destruí-los. Somos os principais interessados na preservação da floresta porque dela depende o nosso modo de vida.

O Conselho Nacional de Seringueiros, criado em outubro de 1985, luta pela implantação das Reservas Extrativistas, como forma de garantir nossas matas e de assegurar nosso direito a nelá viver.

Nossos pequenos roçados de subsistência não impedem a regeneração da floresta. A caça e a pesca que praticamos não são predatórias. Nosso extrativismo respeita a natureza.

O IBDF, porém, não nos reconhece como defensores da floresta e, pelo contrário, os seringueiros são constantemente multados e submetidos a humilhações por parte desse órgão federal.

Nós, seringueiros e índios, reivindicamos nosso reconhecimento como verdadeiros defensores da floresta.

Queremos uma política florestal que se preocupe menos com os roçados de subsistência de seringueiros e índios e mais com os grandes desmatamentos promovidos pelos grandes grupos econômicos que, sob o pretexto de implantar projetos pecuários, muitas vezes querem apenas a expulsão dos legítimos ocupantes da floresta.

Queremos ainda uma ação efetiva do IBDF no cumprimento do Código Florestal e da Portaria 486/86, enquanto ainda existe floresta na Amazônia.

Atenciosamente,

Jose Correia da Silva - Formosa
Jose Correia Tunuman

Coordenador da UNI-Norte

J. da Silva Araújo
Jaime da SILVA Araújo

Presidente do CNS

**CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS
UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS/R. NORTE**

Brasília, 22 de janeiro de 1987

Exmo. Sr. Dr. CELSO FURTADO
M.D. Ministro de Estado da Cultura
Nesta

Prezado Ministro,

Os seringueiros e índios, habitantes da floresta Amazônica, unidos na ALIANÇA DOS POVOS DA FLORESTA, em defesa de suas CULTURAS, lutam pelo direito de continuarem existindo e isto só será possível com a preservação da floresta.

É importante que o Ministério da Cultura registre e divulge o modo de vida dos habitantes da floresta e sua luta pelo direito de continuarem existindo. É preciso apoiar de forma efetiva as diferentes manifestações culturais desses povos.

A devastação avança célere sobre a Amazônia. É preciso defender a floresta de muitas formas. Uma delas pode ser o TOMBAMENTO de área representativa, como MONUMENTO NATURAL. Como uma primeira sugestão, propomos o tombamento do Vale do Guaporé, em Rondônia, na categoria já citada, com o direito de permanência assegurado às populações que já o habitam e o exploram sem destruí-lo.

Defender a floresta e seus habitantes é, antes de tudo, defender sua cultura, seu modo de vida.

Esperando contar com seu apoio, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

José Correia da Silva - Turuman
JOSE CORREIA TURUMAN
Coord. UNI-Norte

Jaime da Silva Araújo
JAIME DA SILVA ARAÚJO
Pres. do Cons. Nac. de Seringueiros

Brasília, 22 de janeiro de 1987

Do : Conselho Nacional de Seringueiros
Para: Dr. CRISTOVAM BUARQUE
Magnífico Reitor da UNB
Brasília - DF

Senhor Reitor,

O Conselho Nacional de Seringueiros, criado em outubro de 1985 a partir do I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, realizado aqui em Brasília, nas instalações da UNB, vem, de lá para cá, lutando pela organização dos seringueiros e, principalmente, pela divulgação da luta deles em defesa da floresta. Hoje essa luta dá-se de forma mais ampla, através de uma aliança com os índios, formando a Aliança dos Povos da Floresta.

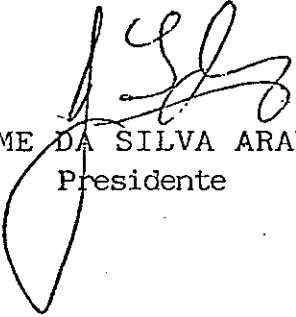
Quando do I ENSA, em conversa mantida com Vossa Magnificência, ficou acertada a possibilidade da contratação de um ou dois seringueiros como professor visitante, exatamente como forma de divulgar o modo de vida dos habitantes da floresta e, assim, obter de forma incisiva o apoio da comunidade universitária da UNB a luta em defesa da floresta. Queremos, agora, colocar essa promessa e propor, inclusive, um modo que não exija tanto dos seringueiros, que teriam dificuldade de permanência por muito tempo em Brasília. Assim, a proposta é a manutenção da vaga que seria ocupada em forma de rodízio por vários seringueiros durante o período letivo.

Outra solicitação é de apoio da UNB para a realização do I Congresso Nacional de Seringueiros, que acontecerá de 10 a 17 de outubro do corrente ano aqui em Brasília. Quanto maior o apoio (alojamento, locais para plenárias e reuniões, alimentação,

etc) melhor será para nós. 61

A rádio da UNB, em fase de criação, também nos parece da maior importância na divulgação da luta em defesa do Meio Ambiente, assim propomos uma programação especial nesse sentido, como forma de fazer chegar aos habitantes da capital federal a luta daqueles que defendem a Amazônia no dia a dia.

Cordialmente,


JAIME DA SILVA ARAÚJO
Presidente

REUNIÃO SOLICITADA PELOS SERINGUEIROS DO ACRE COM A COORDENAÇÃO DO GT-PMACI/IPLAN.

Dia: 19.01.87 local: PMACI/IPLAN 16º andar do ed. BNDES-BSB

Participantes:

1. Gomercindo Clovis Garcia Rodrigues (Centro dos Trabalhadores do Amazonia); 2. Raimundo Mendes de Barros (Conselho Nacional dos Seringueiros); 3. Francisco Mendes Filho (Presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Xapuri-AC); 4. Raimundo Sales Luiz (UNI-Norte); 5. José Correa da Silva (UNI-ACRE); 6. Osmarino Mancio Rodrigues (Secretário do Conselho Nacional de Seringueiros); 7 Mauro W. Barbosa de Almeida cunicamp-D.C.S - IEA); 8. Mary Allegrette (Instituto de Estudos do Amazônicos - IPEA); 9. Suero Sales Siqueira (Lider Kaxinaua), 10. Lígia t. Lopes Simonian (CTI-MIRADI); 11. Antropólogo Terry; 12. Dagoberto Koehntopp (Coordenador Geral do PMACI); 13. José R. Nascimento PMACI/IPLAN).

A principal reivindicação dos participantes seringueiros da reunião foi a maior participação dos mesmos no processo decisório do governo no que concerne aos seus interesses imediatos, como é o caso do PMACI. Justificam-se por serem eles grandes interessados na política do governo para a floresta Amazônia, de onde retiram sua sobrevivência, bem como no efeito de outras políticas no meio ambiente da região como pavimentação de estradas, incentivos a grandes latifundiários à pecuária e conseqüente desmatamento, reforma agrária e outras. Lebraram que para o caso do PMACI é imprescindível a solução da questão dos seringais que estão, numa taxa cada vez mais rápida, transformando-se em fazendas de gado de capitalistas sulistas tendo como conseqüências a expulsão dos seringueiros de suas colocações e de seu modo tradicional de vida restando aos mesmos se refugiarem na periferia das grandes cidades onde vivem a miséria ali existente.

/dsa

Os seringueiros concordaram que a reserva extrativista que reivindicam poderia ser uma modalidade na qual o governo federal seria o detentor da terra e os seringueiros teriam o direito de usufruto da mesma. Mencionaram que, até agora, o asfaltamento da estrada, que frizaram não ser sinônimo de desenvolvimento, tem trazido benefícios apenas para os grandes latifundiários e que a falta de ação de órgãos como IBDF e SEMA não tem reduzido o impacto do mesmo no meio ambiente.

Os representantes indígenas/seringueiros presentes indicaram a união de propósitos entre os índios e seus irmãos seringueiros na defesa da floresta e do meio de vida que esta lhes proporcionaram. Frizaram a importância de mais recursos para identificação de índios arredios, indenização dos seringueiros e outros retirados de áreas indígenas e agilização no processo de demarcação de suas terras.

O IPLAN por sua vez relatou a história do PMACI mencionando que seu início efetivo só ocorreu em junho de 1986. Lembrou o seu papel no GT-PMACI apenas como órgão coordenador e que as ações executivas do projeto estão a cargo do IBDF, SEMA, INCRA, EMBRAPA e FUNAI. Recomendou aos participantes da reunião que levassem as suas reivindicações, àqueles órgãos e outros relevantes.

O IPLAN prontificou-se a, por sua vez, encaminhar aos membros do GT-PMACI as reivindicações feitas na reunião e colocou-se à disposição para ampliar as formas de participação dos seringueiros no projeto através de reuniões e distribuição de informações e outras formas factíveis.

/dsa